

1 ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL
2 DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIEA

3 No dia 25 de julho de 2019, ocorreu a 67ª Reunião Ordinária da Comissão
4 Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA, no auditório da Secretaria de
5 Desenvolvimento Econômico - SDE, com os representantes abaixo
6 relacionados. Após a verificação de *quórum*, Zanna Maria Rodrigues de Matos
7 (SEMA) cumprimentou a todos dando boas vindas e passa a palavra ao novo
8 Diretor e Coordenador da CIEA - José Carlos (SEMA) e ao novo Coordenador
9 do seguimento da Sociedade Civil Edmilson dos Santos Nascimento –
10 Território Bioma Caatinga e a Duwillami Embirassu de Arruda- SEC. José
11 Carlos SEMA falou da satisfação reunir um colegiado para pensar políticas
12 públicas para educação ambiental, avaliar o que está acontecendo Bahia a
13 fora, no Brasil e que é um momento de aprendizado já que todos nós temos a
14 missão, essa tarefa de colaborar para que a que a sociedade rediscuta sua
15 relação com meio ambiente na construção de uma sociedade mais saudável e
16 sustentável Diz, também, que esse é um colegiado diverso, representa
17 seguimentos diferentes e que é o coroamento para que sempre se encontre
18 para troca de ideias. Duwillami Embirassu de Arruda (SEC) deu boas vindas e
19 falou sobre a importância da reunião e das discussões que aconteceram no dia
20 anterior nas Câmaras Técnicas e da necessidade de saírem daí com novas
21 ideias, da necessidade de renovar e ratificar muita coisa da CIEA. Edmilson
22 CIEA representando a CET, Bioma Caatinga deseja boas vindas à todos e
23 agradece a confiança e fala do desafio de levar a CIEA para a base. Zanna
24 Matos – SEMA falou da chegada e importância de novos membros da CIEA e
25 de Elton novo integrante da equipe da DIEAS, que é jornalista e que vai
26 colaborar na área de comunicação. Zanna Matos - SEMA explicou para os
27 novos membros o rito da reunião e enfatizou as atas atrasadas, explicou o
28 funcionamento e estruturação da CIEA que é um colegiado que tem como
29 principal missão acompanhar a implementação da política da educação
30 ambiental no Estado, inclusive a sociedade civil e sindicato patronal devem
31 levar para seus espaços, e que há 16 anos vem atuando como colegiado e 06
32 anos lutando para regulamentação que saiu esse ano, aprimorando demandas
33 que chegam e outras nascem do próprio colegiado. Duwillami Embirassu de
34 Arruda (SEC) coletivo tenha inserções que possa levar e que chegue nas

35 escolas. Foi sugerido e assim ocorreu a apresentação de todos presentes
36 identificando as entidades que representam..Zanna Matos - SEMA deu
37 continuidade a reunião expondo os pontos da pauta:1. Aprovação da Ata da
38 66ª Reunião. 2.Avaliação dos Encaminhamentos da 66ª Reunião Ordinária
39 da CIEA. 3. Conhecendo e explorando a EA nos PTDS (Plano Territorial de
40 Desenvolvimento Sustentável. 4. Apresentação das propostas para o PPA
41 2020- 2023. 5. Apresentação e validação dos planos de trabalhos das Câmaras
42 Técnicas. 6.Encontro de Gestores Municipais do Meio Ambiente 7. informes. 8.
43 O que ocorrer. 9. Avaliação e encerramento. Zanna Matos (SEMA) informa que
44 tem três pessoas inscritas para informes e decidiram por iniciar os informes,
45 antes apresentou as justificativas dos ausentes. Passando ao primeiro
46 informe:Neivia– SDR falou sobre o edital nº 14/2019 referente a conservação e
47 uso sustentável da biodiversidade que teve 473 manifestações de interesse
48 inscritas, após isso começará a fase de apreciação de colegiados territoriais, a
49 primeira etapa é de avaliação e vai passar por todos os 15 colegiados já que
50 foram 15 territórios de identidade e agradeceu a todos envolvidos na
51 mobilização para elaboração do Edital, pediu atenção as próximas etapas;
52 Passando ao segundo informe - Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho -
53 CESPECT falou sobre uma reunião que foi realizada em parceria com a
54 Secretária de Agricultura, Secretária de Educação e Câmara Técnica de
55 Educação Ambiental do Comitê da Biosfera da Caatinga, juntamente com
56 alguns jovens da rede de ensino e uma boa parcela da comunidade para
57 efetivar a criação de uma Unidade de conservação na Serra da Esperança que
58 fica no município de Ipecaeta próximo a Santo Estevão que uma serra que
59 encontra-se intacta, e diz sobre a importância da criação dessa UC porque de
60 lá pode ser visto 12 Municípios, foi mapeado esses 12 pontos na subida como
61 se fosse um mirante com 12 estações mapeadas com GPS, algo de muita
62 relevância para região. Passando ao terceiro informe Zanna Matos -SEMA
63 explica sobre o encaminhamento com relação ao regimento interno que foi
64 aprovado na última reunião e foi encaminhado para SECEX que aguarda a
65 assinatura do Secretário e da Coordenadora. Em seguida passou para o
66 extrato dos encaminhamentos da reunião anterior e explica sobre a deliberação
67 das NTE's que foram encaminhadas para as Secretárias Municipais de
68 Educação, Secretária de Meio Ambiente, Secretária de Saúde e a lista de

69 contatos dos membros da CIEA para articulação local com os documentos
70 publicados da CIEA, esse encaminhamento está em andamento. Fábio
71 Fernandes Barbosa – SEC fala sobre ofício que foi encaminhado pela
72 secretária e assinado por ele e pelo professor Márcio, responsável pela
73 coordenação executiva de processos estratégicos da educação, tem um status
74 de superintendência que foi encaminhado via conte para todos NTE's, esses
75 documentos já foram entregues aos NTE's, também apresentados aos
76 membros da CIEA, como foi encaminhado na última reunião e que foi minutado
77 esse ofício para União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação –
78 UNDIME de forma a apresentar também a CIEA, assim como as produções em
79 especial as recomendações nº 01 e nº 02, assim como o decreto de
80 regulamentação e a relação dos membros que compõe essa estrutura
81 colegiada para que possam ser também acionadas e reconhecidas no território
82 na perspectiva do desenvolvimento de ações sócias ambientais no mesmo,
83 esse documento foi apresentado para ser assinado pelos membros da
84 coordenação neste dia da reunião aproveitando a oportunidade de todos
85 estarem no mesmo local, após a assinatura dos ofícios serão encaminhadas
86 para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime/Bahia,
87 a idéia é que não seja enviado diretamente para Secretárias Municipais e que
88 seja enviado para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação,
89 que congrega todos os Secretários Municipais que na Bahia é representado
90 pelo Prof .Williams Panfile Santos Brandão para que o mesmo possa fazer via
91 Undime a socialização com todos os secretários que estão associados a
92 mesma. Zanna Matos(SEMA) diz que todos os membros já podem buscar as
93 NTE's que já foram encaminhados, informa que não pode apresentar as
94 propostas do PDI por que ainda não foi publicado e que será mantido para as
95 próximas reuniões até que seja autorizada a apresentação, comenta sobre a
96 avaliação do PPA pela parte SEC/SEMA, lembrando sujeito ainda alterações
97 do que já construiu até agora. Fala sobre convidar um membro do Conselho
98 Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável para participar das reuniões
99 da CIEA, pede ajuda a Neivia Maria Matos Lima – SDR para encaminhar um
100 ofício ao conselho para que em uma reunião de conselho eles deliberarem, e
101 falou sobre a inclusão de Welliton dos Reis Santos e Sara Maria Guimarães
102 Reis – REBAL na Câmara Técnica de Municípios e Territórios. Fabio

103 Fernandes Barbosa – SEC diz que hoje nós estamos com novas
104 representações e é interessante já considerando que houve uma tramitação do
105 regimento que se faça também essa avaliação da composição das Câmaras
106 Técnicas , inclusive na penúltima reunião tinha sido, Silvio Roberto dos Anjos e
107 Silva –SESAB, para entrar na nossa com isso extrapola o número de 07 (sete),
108 então como houve alteração Geroneusa Cerqueira do Espírito Santos – UEFS
109 que era da nossa CT’S saiu automaticamente, pergunta, será que a Ludmila vai
110 para a nossa CT’S Zanna Matos – SEMA, esclarece pode ser apresentado
111 aos novos membros quais são as Câmaras Técnicas e explica que não é
112 obrigatório o membro se inserir em alguma Câmara Técnica . Falou, ainda,
113 sobre a inclusão de Mariana Morais dos Santos na CT formal. Falou sobre
114 fazer uma avaliação da implementação da política pública de educação
115 ambiental no Estado, isso é importante mas não será nessa reunião. Estamos
116 construindo esse processo internamente de avaliação e não é um processo
117 fácil, pois tem que trazer o histórico todo a partir do recorte de 2011 até os dias
118 atuais. Então estamos construindo e até o final do ano a gente traz algo para
119 vocês, mas o encaminhamento permanece para as próximas reuniões. Por
120 último, foi Seminário de Educação Ambiental nos territórios, onde algumas
121 iniciativas do território estão aparecendo como possibilidade e a gente quer
122 contribuir nesse processo.Zanna Matos - SEMA convida a Coordenadora Miriã
123 Márcia Caetano da Silva – SEMA, para dar uma palavra e dar as boas vindas.
124 Miriã Márcia Caetano da Silva – SECEX/ SEMA se apresentou dizendo que
125 foi servidora pública durante 37 anos, já aposentada há 2 anos, do município
126 de Camaçari e que integrou o quadro de servidoras da procuradoria do
127 Município e foi apresentada ao Estado há 07 anos, quando surgiu um convite
128 para Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que foi uma experiência
129 fantástica e profissionalmente houve um crescimento muito grande, tem
130 formação em Direito há quase 25 anos, formação anterior em Secretariado
131 Executivo e que vai ajudar muito no que sempre fez e nessa nova
132 função.Trabalhou,ainda, na Secretaria de Turismo, no assessoramento técnico
133 na área de Direito Público e Administrativo. Agora não é diferente, embora já
134 tenha contato com área pública, tratar do meio ambiente e suas questões e
135 expressões é novo, então por isso pede a compreensão de todos, pois tem o
136 compromisso com o que faço e que me reconheço no setor público e quando

137 migrei nesses dois anos também estive em uma ONG que cuida de Direitos
138 Humanos que é o Juspopuli Escritório de Direitos Humanos e Mediação de
139 Conflitos. Nesse momento eu só posso dizer que tenho disposição, vontade de
140 fazer e uma certa experiência por essa área pública, inclusive dos conselhos,
141 comissões e de comitês nas secretarias que eu passei. Nesse momento muito
142 mais precisando de vocês, Marília está dando esse suporte mais Samir,
143 aproveitando a oportunidade para fazer um registro da equipe que encontrei,
144 Mariana que se afastou infelizmente por uma questão pessoal, a pedido,
145 deixou todas as orientações e uma equipe a disposição. Então, eu tenho dito a
146 equipe que deve ser por algum merecimento pois como sabemos não é sempre
147 assim no serviço público, provavelmente recebi por merecimento uma equipe
148 preparada disposta a Auxiliar e o que demonstra quem era Mariana na
149 condução desse trabalho. Zanna Matos - SEMA agradece a participação de
150 Miriã Caetano e diz aqui estamos nesse grupo como já falei de educadores e
151 educadoras ambientais que estão atuando, alguns são velhos e novos
152 conhecidos desse espaço que atuam e que agarram essa temática com muita
153 seriedade e são para além do institucional. A maioria são limitantes da área
154 ambiental e tem a educação como orientador para todas essas práticas
155 ambientais, então, esse espaço foi responsável para a elaboração da política,
156 pela elaboração do programa, elaboração da regulamentação, e agora a gente
157 amadurece com a elaboração das recomendações e das resoluções que
158 orientam mais detalhadamente cada área temática que está dividida a nossa
159 política, e que esse é um grupo que leva educação ambiental na veia. Zanna
160 Matos – SEMA retorna ao primeiro ponto de pauta: 1. Conhecendo e
161 explorando a EA nos PTDS (Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável),
162 que será abordado por Edmilson dos Santos Nascimento – Território Bioma
163 Caatinga que complementa a sua apresentação dizendo que vem do município
164 de Juazeiro, está na Coordenação Estadual dos territórios do sertão de São
165 Francisco, na verdade está sendo reconduzido para o segundo mandato como
166 membro da CIEA e agora mais recente a gente foi conduzido para contribuir na
167 coordenação colegiado então esse tão pouco tempo de vivência gente tem
168 refletido na nossa participação e como a gente pode avançar nesse processo.
169 Considerando a função da CIEA de produzir documentos de orientar, regular,
170 nessa dinâmica inclusive observando as pautas aqui dentro (SDE),

171 recentemente a gente teve um processo de participação do PDI, o PPA é outro
172 documento que tem falado bastante e inclusive está no ponto de pauta. Na
173 nossa reunião da coordenação, na verdade eu trouxe essa reflexão sobre os
174 planos de desenvolvimento territoriais que chamamos de PTDS, alguns
175 territórios consideram PTDR'S, pois na verdade tem o R de rural, na
176 atualização em discussão de território ela tem como base toda um discussão
177 rural e na atualização dessa discussão dentro da SET isso foi ponto de debate
178 essa dinâmica do "R", por que é um desafio pra gente com relação ao
179 envolvimento do urbano, a gente pensar urbano também nesse projeto de
180 desenvolvimento conversando na coordenação definimos por trazer esse ponto
181 de pauta a gente para fazer uma reflexão, de como a gente pode também
182 debruçar sobre esses documentos, na verdade a Bahia tem 27 territórios, hoje
183 dos 27 territórios tem seus planos constituídos, inclusive criada a dinâmica ou
184 seja quem contribuiu para a constituição do PDI, a metodologia foi também
185 considerada a dinâmica dos colegiados territoriais, que é lógico que não
186 fizeram o encontro dos 27 territórios, mas fizeram aglomeração pra que
187 contemplasse os 27 territórios e salve engano dois ou três PPA's que a
188 metodologia também de construção do PPA é com base nos colegiados
189 territoriais. Então, qual é a proposta na verdade, pergunta. A proposta é que a
190 gente tem conhecimento dos 27 planos e eu fiquei com a missão de buscar
191 esses 27 planos, já está em mãos, a nossa Câmara Temática fez um pequeno
192 exercício de olhar o plano do nosso colegiado territorial e ver o que é que tem
193 na verdade de educação ambiental no nosso plano lá do sertão do São
194 Francisco, a gente fez esse exercício ontem a nossa Câmara na verdade
195 conseguimos identificar alguns pontos e aí assim ao mesmo tempo a gente
196 acabou dando uma olhada rapidamente no PPA que está no processo de
197 construção e fizemos essa reflexão que tem alguns pontos. O PPA na verdade
198 reduz o número de propostas, o penúltimo PPA os colegiados poderiam
199 apresentar até 42 propostas por exemplo, para a construção do PTD's e você
200 não tem limite de proposta. Na verdade ele é um projeto em construção onde
201 você vai identificando através de eixos as suas demandas e o colegiado vai
202 colocando aquilo que ele anseia e apresentado isso para o Governo do Estado
203 e aí a proposta é ver se vale de fato fazer esse exercício, de conhecer todos os
204 planos territoriais e aí considerando digamos que as câmaras técnicas que já

205 tem aqui e o que se tem sobre unidades de conservação. O que é que está
206 dito lá sobre as questões das águas? O que é que está dito sobre a educação
207 formal e informal? Ao mesmo tempo além da gente ter conhecimento do que os
208 colegiados estão dialogando como que a gente se ver dentro desse espaço o
209 que a gente também constrói de documento pra que os colegiados comecem a
210 perceber, por que assim no processo de construção dos PTDS a uma prática
211 de você fazer consulta aos documentos existentes por exemplo a gente
212 dialogando ontem com relação por exemplo aos resíduos sólidos, então no
213 nosso no caso do PPDS do sertão do São Francisco tem um elemento que
214 trata dos resíduos sólidos e a gente percebeu que não trata também da lei
215 existente hoje a lei Federal, são essas coisas pequenos detalhes as vezes
216 podem nos favorecer no sentido de que os colegiados tem o conhecimento
217 daquilo de quando a CIEA produz e também a gente fazer essa ligação o que é
218 que os colegiados estão discutindo e se isso dialoga com aquilo que a gente
219 tem conhecimento, então a idéia é fazer essa avaliação se realmente vale a
220 pena a gente se debruçar sobre esses documentos? A outra é qual seria a
221 metodologia que a gente vai adotar sobre esse processo vamos utilizar as
222 câmaras temáticas? São 27 planos a gente consegue dar conta em quanto
223 tempo? Qual o tempo que vamos estabelecer para isso? E depois de fato o que
224 vamos fazer com essas informações? A Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU
225 saiu rapidamente, mas ontem a gente dialogando já tinha algumas idéias
226 inclusive no nosso plano de ação de ontem, a gente já considerou alguns
227 processos, algumas sugestões na verdade que a gente já registrou pensando
228 nesse momento de agora certo, então eu acho que a dinâmica é mais ou
229 menos essa..Zanna Matos – SEMA, diz que Edmilson traz uma proposta para
230 a gente discutir em plenária, se vale a pena a gente se debruçar nesse
231 instrumento de planejamento territorial, lembrando que esse PTDRS ou PPDS
232 ele é um instrumento de gestão que é apresentado para governo, porém sua
233 implementação não deve ser só de ação do governo ele pode ter uma
234 diversidade de parceiros para implementá-la e cabe ao colegiado territorial
235 também buscar nessas possibilidades de implementação que não só está no
236 Governo do Estado, portanto talvez ele caiba realmente um número maior de
237 possibilidades de inserções de ações do que o nosso PPA, ele é mais
238 abrangente, inclusive diz que é um exercício enquanto o DIEAS no início

239 dessa gestão desse PPA de participar da elaboração desses que hoje já são
240 produtos. Alguns eram novos e outros só estavam atualizando por que já tinha
241 e a nossa intenção justamente de motivar os colegiados a qualificar a
242 dimensão ambiental nos planos. Tivemos algumas dificuldades, não foi
243 possível verificar nos 27, mas pelos poucos territórios onde a gente passou
244 vimos que a uma fragilidade ainda muito grande do debate ambiental dentro
245 desses espaços. Eu acho que essa é a nossa colaboração enquanto a CIEA
246 para os colegiados territoriais e aí com isso eu estou dizendo que vale a pena a
247 gente se debruçar nos planos e contribuir com esse olhar para os colegiados e
248 enxergar o que é que tem na dimensão ambiental e propor ao colegiado,
249 colocando que avaliamos esse documento e achamos que para melhor
250 entender esse território no seu âmbito, poderia ter mais isso em termos de
251 recomendação ou sugestão a CIEA e elaborar um documento com sugestões
252 aos territórios de que forma eles possam colaborar ou qualificar esse debate no
253 âmbito do colegiado territorial. Então, se a plenária entender que é importante,
254 eu acho que a forma de encaminhar é essa, após avaliação do documento,
255 são muitos e a gente pode fazer cronograma, estabelecendo quais são os
256 prioritários, por onde a gente vai começar, a forma de como a gente vai e o que
257 a gente vai fazer com essa informação, que foi a terceira questão que você
258 colocou é elaborar um documento recomendando aos colegiados, olhe
259 observamos e vimos essas lacunas contribuimos com isso, essa é minha
260 opinião. Edmilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga só para
261 acrescentar a experiência que tem em nosso colegiado, é lógico isso varia de
262 colegiado para colegiado, a nossa aproximação com relação aos NT's, por
263 exemplo, que digamos focamos nessa discussão da educação ambiental parte
264 formal no nosso caso a gente tem uma vacância nessa discussão, a gente fez
265 na verdade para a construção para atualização na verdade do nosso plano um
266 esforço muito grande para aproximar da secretária de saúde por exemplo pra
267 poder a gente minimamente registrasse esse processo, mas ainda é desafiador
268 essa discussão dos colegiados territoriais com a aproximação de alguns
269 setores nessa dinâmica eu acredito que esse é um caminho inclusive da gente
270 se aproximar mais, em especial de núcleos tipo esse. Zanna Matos – SEMA
271 diz que eu acho que a sugestão dela fortalece isso, essa distância desses
272 outros espaços, essas instituições são importantes eu acho que fortalece essa

273 aproximação e pergunta se alguém pediu para falar sobre isso, quer comentar
274 sobre a proposta? Que a gente já vai encaminhar? Então como a gente
275 encaminha? Sara Reis – REBAL diz que infelizmente a experiência que teve
276 participando do colegiado territorial da Chapada Diamantina, durante alguns
277 anos é que a preocupação ambiental é deixada de lado mesmo. Infelizmente o
278 espaço é dominado por homens meio machistas foi essa percepção que eu tive
279 e que quando mulher vai falar já tem hum ... e quando vai falar de meio
280 ambiente, até que houve, educação ambiental, educação ambiental é a mesma
281 coisa, não, não é a mesma coisa, enfim é necessário sim ter um trabalho mais
282 de chamada desses colegiados territoriais para a questão da educação
283 ambiental é muito necessário. José Carlos – SEMA diz que para todos que
284 trabalham na política se na fala da sociedade não está indicando políticas
285 públicas para o meio ambiente, nesse caso com recorte para a disputa do meio
286 ambiente a nível de disputa para os outros setores do estado é das próprias
287 organizações que podem ser parceiras na execução do que pode ser pensado
288 para o planejamento para aquele território, está presentes no planejamento. A
289 CIEA com as nossas Organizações possa enviar documento orientando cada
290 território o que pode ser consignado no planejamento que é considerado
291 importante sentido do Estado da Bahia, para não precisar o território, para
292 cada localidade cada região possa no elaborar o planejamento a sociedade
293 possa olhar para preservação ambiental está colocada para elaborar e
294 realizarmos tais ações. O que se está observando um a distância, uma
295 superficialidade no que se está colocando. As vezes está apenas citado e esse
296 colegiado pode colocar uma orientação para os colegiados. Com a palavra
297 Bernadedth Simões – UMBU, município do Senhor do Bonfim, eu já fui do
298 colegiado territorial na verdade ajudei, participei da consolidação dessa política
299 de territórios de identidade da Bahia desde de 2003 na lei estadual de
300 territórios, ajudei na elaboração fui ADT na coordenação de colegiado
301 territorial e como participante nessa história o que eu digo é o seguinte nós
302 tivemos a elaboração da nossa lei de educação ambiental do estado ela foi um
303 momento impar de diálogo nos territórios de identidade os colegiados nós
304 tivemos 26 audiências públicas e nesses momentos nós chamamos a
305 sociedade a discutir a educação ambiental e as políticas de meio ambiente
306 isso já fazem 10 anos e o que predomina nos colegiados territoriais? Eu como

307 vivencio aquele chão e inclusive sou fruto de lá mais do que daqui, vim de lá
308 pra cá, eu já fui para lá por causa da militância mesmo ambiental, mas nasci de
309 lá aprendi militar e ser conselheira lá, e o que predomina é a discussão rural
310 inclusive houve uma discussão muito forte com relação a recolocação do “R”
311 em alguns território que não tinham o “R”, então assim demonstra o quanto há
312 predominância, nós temos em nosso colegiado Câmara Técnica de Mulheres
313 foi uma luta também muito grande pra que ela se consolidasse e que
314 permaneça atuante, a de juventude a mesma coisa, todas essas pessoas no
315 raso, sim, tem uma sensibilidade ambiental, mas é no raso, e aí quando a
316 gente chega somos muitos poucos, uma vez conversando com Kitty
317 ponderamos que nós somos apenas 5% que militamos pelas causas
318 ambientais com dedicação e é verdade, quando nós somos apenas só 5 %
319 dar muito trabalho para ser ouvido, e aí eu gostaria realmente que aqui da
320 SEMA partisse um novo chamamento. Nossa câmara técnica está planejando
321 realmente fazer resoluções para os colegiados, nós já temos uma resolução de
322 território, já temos resoluções de municípios e inclusive nós colocamos como
323 encaminhamento ontem da nossa câmara técnica vai ser apresentado aí o
324 encaminhamento desses documentos e eu peço ainda mais que a gente faça
325 reviver ou renascer o que a gente fez em 2009, a gente precisa disso nós
326 estamos em um momento muito complicado da nossa conjuntura política e a
327 gente não pode perder esse momento que está estremecido aí pra gente se
328 fortalecer e fazer do limão uma limonada. Zanna Matos – SEMA continua com
329 o questionando que dadas as manifestações como encaminha esse ponto de
330 pauta?.Edmilson Nascimento – Território Bioma Caatinga, diz que queria
331 aproveitar essa fala de Bernadedth Simões – UMBU e de Sara Reis – REBAL,
332 nos esforços feitos até o momento e é fato que se vivenciou momentos em
333 alguns territórios e isso ainda se predomina, mas também é fato que a gente
334 tem tentado avançar, inclusive digamos hoje na construção de documento
335 alguns “Rs” não se utiliza mais, os esforços que algum colegiado tem feito de
336 envolver outros espaços exemplo da saúde, exemplo da educação, como foco
337 de fato na área urbana, que esse é o nosso desafio e considerando também
338 que se a gente tem uma estratégica que talvez não funcionou ou o resultado
339 que esperava, então a gente precisa pensar em outra estratégia que é por isso
340 que a gente está fazendo esse debate aqui e ontem a nossa câmara técnica na

341 verdade estava fazendo essa reflexão, a gente olhou na verdade o PTDS do
342 sertão do São Francisco de forma rápida, mas a gente olhou e aí a gente
343 debateu um pouco sobre a metodologia e pra condução desses documentos.
344 Tem uma proposta de Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU de fazer um
345 diálogo com o SEPLAN, no nosso caso a gente tem os ADT's hoje talvez um
346 ou dois territórios também não tenha a ADT's, que são na verdade os agentes
347 técnicos disponibilizados pela SEPLAN que estão nos colegiados territoriais de
348 fazer um esforço de filtragem dessas informações pra gente com foco nisso
349 que a gente de objetivo, a gente também quanto como câmara técnica e aí eu
350 não sei se a gente consegue se debruçar dos 27 e aí teríamos que olhar os
351 planos por completo e a nossa metodologia de divisão aqui dentro se a gente
352 de fato vai conduzir esse processo. Então seria na verdade duas ideias, uma
353 que a gente mesmo por que temos um olhar diferenciado sobre cada
354 documento desse e o outro que a gente peça uma ajuda ao SEPLAN para que
355 ela nos ajude no processo de filtragem e nos dê esse retorno pra gente depois
356 a gente ver como encaminha, como a gente sistematiza na verdade e contribui
357 nessas informações. Zanna Matos – SEMA pergunta se Edmilson fala de
358 filtragem de cada plano ou só o que tem da área ambiental. Edmilson dos
359 Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga respondeu que sim, correto
360 sobre educação ambiental por que nós vamos ter questões sobre água, sobre
361 questão de unidade de conservação, sobre municípios e territórios enfim que
362 isso depende muito do olhar, por que também vamos ter a educação digamos
363 formal e informal que na verdade nessa metodologia a informal é a que mais
364 acontece então como a gente dialoga nesses processos. Zanna Maria
365 Rodrigues de Matos – SEMA disse que acha esse filtro bem muito difícil de
366 fazer, até por que às vezes ele está diluído em outros itens talvez infelizmente
367 tem que se debruçar no documento como um todo para entender nesse olhar
368 mesmo que você acabou de falar diferenciado onde é que está, onde permear
369 também educação ambiental ou área ambiental por que muitas vezes a gente
370 não está o nome escrito educação ambiental, mas ela está permeando ali essa
371 contribuição que a gente, que eu acho que é interessante enquanto que
372 colegiado que tem esse olhar mais apurado dar para os territórios que não
373 normalmente não tem. Neivia Lima –SDR diz que só a nível de contribuição,
374 pensando na formação nesse dialogo com os colegiados tem uma ação dentro

375 da Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR que é feito pelo DFOC na CAR
376 que é o departamento de formação de órgãos colegiados que começou com
377 os colegiados municipais e esse ano começou com os colegiados territoriais e a
378 proposta de formação na área de comunicação e tem tido um retorno bem
379 interessante, acha que valeria a pena tentar junto com Marcelo Rocha que é o
380 coordenador e colocar a educação ambiental na pauta ou a gente participar de
381 umas das formações ou tentar de alguma forma garantir na formação esse
382 olhar para educação ambiental. O foco na participação da CIEA, por que a
383 gente trabalha com desenvolvimento focado no rural, a gente não pode
384 esquecer que lá é uma Secretaria de Desenvolvimento Rural, mas acha que é
385 o espaço que se pode estar utilizando, também, pra fortalecer a educação
386 ambiental nos territórios e que vale a pena articular depois uma ação do CIEA
387 com o DFOC/CAR para abordar a educação ambiental nessa formação
388 especificamente. Zanna Matos – SEMA diz que Marcelo precisa incluir
389 educação ambiental nessa formação e que temos representantes dos
390 territórios que participaram desse curso e não tiveram esse olhar, também será
391 cobrado. Chama atenção, pois se participaram de uma ação que a gente
392 fomenta tanto, e que soube que essa formação estava ocorrendo, inclusive eu
393 até brincava eu quero fazer por que a gente precisa dialogar, mas vocês que
394 estão nos territórios e tiveram oportunidade de ter essa formação. Então senão
395 tiveram esse olhar é de lamentável. Manoel Ailton – CESPECT diz que
396 aproveitando que está aqui o Diretor da SEMA, os diretores e o representante
397 da SDR, a questão da educação ambiental é fundamental nesse processo por
398 que que se tem visto nos territórios é uma ignorância muito grande por parte
399 dos próprios gestores e que estiveram em Campo Formoso na sexta- feira no
400 seminário do tomate e da cebola, e em Tiquara no interior de Campo Formoso
401 onde foi apresentado lá vários tipos de agrotóxicos como que era a salvação da
402 lavoura e isso é uma ignorância muito grande tinha, inclusive, um
403 representante de uma agência de assistência técnica de extensão rural, na
404 hora da intervenção quando o rapaz foi falar por que dentro da SDR tem um
405 programa sobre a agricultura familiar, agricultura orgânica, a Prefeita
406 interrompeu para não deixar ele falar da agricultura orgânica. Então é um
407 desconhecimento muito grande nos municípios, dentro do próprio poder público
408 e tem o programa de governo, mas quando chega na base deixa a desejar.

409 Então eu acho que era importante reforçar isso dentro da SDR a questão da
410 educação ambiental visando a questão dos agrotóxicos por que está um índice
411 de mortalidade dentro do município de Campo Formoso de câncer muito
412 grande e a ignorância é que está prevalecendo. Zanna Matos – SEMA diz que
413 temos não só a SDR mas também temos a SEAGRI que também trabalha com
414 isso, então eu acho que é um espaço para cada um na sua atuação da gente
415 colaborar para que essa atuação venha fortalecer a educação ambiental e
416 voltar ao ponto sobre como é encaminha essa sugestão, que Edmilson dos
417 Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga sugeriu como uma forma, uma
418 possibilidade, um método de como encaminhar dividindo os documentos
419 entre as câmaras técnicas ou escolhendo alguns e iniciar até o final do ano,
420 fazer um balanço, avaliar e retomar os próximos que esse é um
421 encaminhamento, uma possibilidade de deliberar e outra sugestão de Neivia
422 de aproximar a CIEA dessa capacitação do Edu-comunicação nos espaços
423 colegiados e em cima dessa sugestão queria que Neivia ajudasse nesse
424 dialogo com Marcelo Rocha, se poderia trazer essa capacitação pra cá e se
425 seria possível ele trazer uma prévia do que é essa capacitação que está
426 acontecendo nos territórios, aqui para CIEA para apresentar a
427 proposta.Pergunta se acham uma boa? Bernadedth Simões – UMBU nós
428 somos 32, Zanna corrige 34, retorna a palavra Bernadedth dizendo que se
429 cada um pegar um PTBS e fizer como dever de casa, dar conta e não tão
430 difícil, por exemplo ela do Piemonte do Norte de Itapicuru pega esse. .Zanna
431 Mattos – SEMA cada um pega o seu território. Fábio Barbosa – SEC, diz que
432 em relação ao encaminhamento que Zanna sugeriu solicitando a Neivia que ela
433 faça esse processo de interlocução, tem uma outra sugestão que Neivia faça
434 esse processo mesmo de diálogo, mas que a CIEA faça oficialmente essa
435 solicitação e encaminhe um ofício pedindo a Marcelo Rocha para que faça, se
436 possível, socialize na próxima reunião da CIEA, por que institucionalmente faz
437 esse pleito fica registrado na sua história. Mariana Morais dos Santos -
438 Território Bioma da Mata Atlântica fala que somos da CET, Edmilson e o
439 colega Vanilton, diz que esse projeto do Edu-comunicação é um projeto amplo
440 que ele fez capacitação no SEMID's, conselhos municipais e desenvolvimento
441 sustentável, fez uma formação pra nível territorial, cada território teve essa
442 formação e que a dificuldade foi os conselhos comparecerem, pois nem

443 sempre o conselho CEMIDS eles comparecem e que fora três etapas do
444 CEMIDS, são três etapas para os colegiados territoriais e agora, também,
445 como membro da CET vai ter uma reunião na segunda-feira e pode levar essa
446 proposta para o pessoal. Zanna Matos - SEMA diz que acha a sugestão que
447 Fábio colocou interessante, além de Neivia articular internamente no órgão a
448 gente encaminhar e, aí eu peço a ajuda da SECEX pra encaminhar esse ofício
449 solicitando a apresentação na próxima reunião. Edmilson dos Santos
450 Nascimento – Território Bioma Caatinga diz que esses documentos estão
451 configurados mais ou menos nesse formato, então problematizar aí os
452 desafios, potencialidades, tem os eixos e dentro dos eixos você trabalha as
453 estratégias e as metas e que na verdade as metas são as propostas, além de
454 olhar as estratégias tem que focar principalmente na questão das metas, que é
455 isso que está falando do processo de filtragem, com relação a metodologia.
456 acha que tem diversas proposta e que tem uma preocupação no sentido de
457 compreender o documento e que essa dinâmica do individual, se cada um
458 pegar um documento desse para fazer a leitura pode ser um caminho a ser
459 seguido, mas a interpretação dele sobre o que está escrito a leitura sobre ela
460 pode não ser a mesma, por esta razão faz a defesa que a se caminhe pela
461 lógica das Câmaras Técnicas, por entender que primeiro reforça as questões
462 das Câmaras Técnicas aqui dentro e se achar que essa possibilidade de ter
463 uma ajuda, um olhar digamos do ADT ou de alguém da SEPLAN, que possa
464 nos olhar e também recorrer com esse processo e individualizar para cada um
465 pegar um, digamos que ele e Edmilson pegassem do meu território e fazemos
466 de repente, eu posso não ter o mesmo olhar de quem está dentro da Câmara
467 Técnica das Águas, das Unidades de Conservação da formal. Enfim a gente
468 precisa dessa metodologia, mas mista na verdade, a minha proposta é que a
469 gente e aí não sei se de repente a gente se identifica quanto ao território dentro
470 das Câmaras Técnicas, então estou naquele território traga o meu pra cá para
471 minha Câmara aí nesse sentido sim, essa é a minha proposta. Zanna Maria
472 Rodrigues de Matos – SEMA diz que já tem duas propostas e na terceira
473 fecha e, então vão para a plenária. Solange Alcântara Neves da Rocha –
474 CEMITEC - educação básica diz que o que tem em mãos não é a proposta e
475 soma a ideia de Edmilson, por achar que quando se faz um trabalho em
476 conjunto tira as dúvidas, também, em conjunto e isso evita algumas

477 interpretações erradas, além disso queria sugerir que fizessem isso na reunião
478 da CIEA, nas Câmaras Técnicas nas reuniões da CIEA e que os membros da
479 formal ontem já traçaram o nosso plano de 2019/2020 e já distribuimos
480 algumas tarefas entre nós, de elaboração e recomendações que vai ser
481 apresentado hoje, sendo aprovado vamos trabalhar. Além disso teremos mais
482 essa atividade fora as nossas atividades pessoais, de trabalho, enfim então eu
483 gosto de abraçar aquilo o que realmente eu tenho condição de fazer então a
484 minha sugestão é que fizéssemos a divisão por tarefas nas CT's e
485 definíssemos uma reunião da CIEA para que as CT's trabalhem nisso, pois
486 eu creio que não terei tempo fora daqui de dar conta com a qualidade
487 necessária desse documento sozinha nem pensar, então é essa a minha
488 sugestão. Ana Cláudia Oliveira de Jesus Magalhães – seguimento educação
489 formal só concordando com a fala de Solange, então assim eu atuo em sala de
490 aula, segunda-feira estou iniciando um projeto que está muito em cima da
491 hora, inclusive estou tentando me dividir aqui por que estou falando com aluno,
492 coordenação e vice-direção da escola e aí realmente eu não tenho condições
493 fora daqui de abarcar essa atividade fora que a gente já combinou ontem
494 tarefas na Câmara Técnica somente isso. Zanna Matos–SEMA volta as
495 colocações e diz que é por isso que a proposta é trazida para a plenária para
496 vocês realmente avaliarem o que é prioridade a gente precisa no final do ano
497 ter produtos, então qual a prioridade que cada Câmara Técnica está traçando?
498 A gente passou também um planejamento o antigo passamos também para o
499 secretário e está no relatório dele está lá às possibilidades dos documentos
500 que a CIEA vai produzir esse ano e essas coisas precisam ser avaliadas para
501 de fato a gente, não desmerecendo de forma alguma a importância, mas é
502 preciso colocar isso dentro da realidade daquele o sonho possível. Então
503 diante, disso como vamos encaminhar esse debruçar nos planos divididos
504 pelas Câmaras Técnicas talvez Edmilson não nos debrucemos nos 27 agora
505 cada Câmara Técnica na sua proposta escolha um território, a Câmara
506 Técnica de Joás o território da Chapada ou território de Manoel Ailton, por que
507 eu acredito sinceramente não li todos os planos algumas eu já tinha lido eu
508 acredito que em numa amostragem a gente tem uma percepção do que pode
509 ser o todo a ponto de construir um documento na linha do que José Carlos
510 colocou de proposição, de qualificação do debate. Então talvez ,assim também

511 como Solange se pronunciou enquanto como Câmara Técnica e das divisões
512 de trabalho que já foram dadas, eu queria que os coordenadores das Câmaras
513 Técnicas que trabalharam ontem também e no plano de ação também se
514 pronunciasse diante disso já que temos prioridades e foram discutidas entre
515 vocês ontem. Então eu queria que Manoel Ailton e Bernadeth se colocassem,
516 dar para gente começar com os nossos territórios? ou vamos avançando para
517 mais tarde não sei? Como vocês vêem isso para a gente encaminhar?
518 Edmilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga, diz que a gente
519 precisa avaliar a importância do trabalho, pra mim se a gente define que é
520 importante é lógico que não vamos pensar para daqui a 10 anos, mas também
521 a gente não precisa fazer isso como se fosse para amanhã ou como se fosse
522 para ontem a gente precisa está claro no nosso planejamento o que é
523 necessário ser feito e que isso precisa ser incluído. Zanna Matos – SEMA
524 pergunta se já incluíram no plano de vocês ? Edmilson dos Santos Nascimento
525 – Território Bioma Caatinga respondeu que não incluíram e que na verdade
526 com relação a ontem a gente tem uma proposta de agendamento de duas
527 datas futuras e digamos que na última data a gente vai fazer um novo
528 planejamento em combate aquilo que a gente começou a produzir, mas ele já
529 está incluso no nosso plano e aí assim pra que a gente centralize mais são três
530 Câmaras Técnicas, então digamos que cada Câmara Técnica possa pegar três
531 planos desses como amostra, estabelecer um período de trabalho pra que isso
532 aconteça esse ano para o início do ano que vem. Na verdade começa dar um
533 redirecionamento daquilo que a gente quer. Bernadeth S. Rocha Simões –
534 UMBU ontem quando nós discutimos sobre isso a nossa maior preocupação
535 foi o PPA, pois eu recebi de um colega da SEPLAN um filtro que eles fizeram
536 lá sobre o que tinha de Meio Ambiente no PGP, no PPA, e nos PTD's, e eles já
537 estão com isso filtrado, eu tenho aqui e até entreguei na nossa Câmara
538 Técnica, por que a nossa Câmara Técnica de territórios e aí a nossa
539 preocupação é exatamente essa o PPA, já vai finalizar ele tem que ser
540 finalizado, a gente sabe que até o ano que vem ele tem que ser aprovado e se
541 agente perder “até setembro o bonde” a gente fica fora, então a nossa
542 preocupação é que a gente tenha esse olhar para os PTD's por que eles são
543 os documentos aprovados oficializados e já são o documento orientador de
544 cada território que a gente possa olhar para esses documentos e tentar fazer

545 com isso apareça no PPA, entendeu a nossa preocupação. Então tudo bem a
546 gente tem tempo, mas a gente sabe que tem o recesso que a gente só retorna
547 em março, e aí se não cuidar a gente perde. Zanna Matos – SEMA diz que
548 entende o que todo mundo entende que a pauta é importante que precisa se
549 debruçar e que só temos que encaixar diante das prioridades e do tempo, mas
550 a sugestão que Solange colocou de uma reunião exclusiva pra isso, é um
551 pouco temeroso diante das coisas que a gente precisa dar conta em reunião
552 Ordinária, não tem dúvidas da importância só não sabe se poderá colocar uma
553 reunião exclusiva pra isso. Então não tem dúvida da importância das Câmaras
554 Técnicas se debruçarem é uma coisa é quando é o “X”, e diante das
555 prioridades quando que a gente coloca esse elemento como, na bola vez na
556 agenda das Câmaras Técnicas. Fábio Fernandes Barbosa – SEC diz que tem
557 preocupação com relação ao que foi aqui suscitado pela Bernadeth, por que o
558 trabalho pelo que eu estou entendendo e acredito que procede mais ao mesmo
559 tempo uma preocupação de não termos como resultado uma frustração é
560 várias etapas do PPA's já aconteceram então hoje praticamente já estamos no
561 arremate final por parte dos APG's do que vai ser até com a alimentação do
562 sistema, então até a que ponto a avaliação desses planos vai conseguir
563 interferir no PPA, pra gente não gastar a energia em algo com a expectativa de
564 que isso poderá ter algum tipo de interferência e na verdade não acontecer. Eu
565 particularmente a essa altura do campeonato não vejo como a gente ter
566 condições de fazer grandes alterações ou até mesmo se ainda é possível
567 fazermos alguma, fazer mesmo uma reflexão. Zanna Matos – SEMA diz que é
568 preciso acalmar os nossos corações e que a construção desse documento que
569 Bernadeth citou aqui, foi base da construção do PPA e isso tem que está
570 incluído, inclusive o que a gente vai trazer hoje aqui a gente já elencou todos
571 os resumos das escutas territoriais que se entende que aquela meta vai
572 atender. Então, o processo de construção do PPA de iniciativas a gente não
573 chegou em ações ainda, parou em iniciativas, as iniciativas elas todas foram
574 construídas tendo como base as Escutas, o PDI, o PGP (Programa de
575 Governo), inclusive era condição a SEPLAN colocava como condição, tanto
576 que a gente coloca no formulário eles pedem coloquem a meta, mas coloquem
577 também qual é a Escuta Territorial que está atendendo, então esse processo
578 está incorporado e aqui estou dando o depoimento de quem ouviu falar não, eu

579 tenho participado em reuniões, José Carlos tem participado de reuniões e tem
580 sido assim a nossa dinâmica. Então eu acho que o que Fábio Fernandes traz é
581 importante pra não criarmos aqui coisas que estão sendo construídas já nesse
582 sentindo, e aí não criar mais essas coisas, criar essas frustrações do que a
583 gente propor essa construção tem sido a condição é essa condição de atender
584 a esses três documentos que já foram validados pela sociedade baiana. Esse
585 é um instrumento de organizar essas escutas, talvez numa linguagem diferente
586 da que que foi colocada pelas escutas territoriais, pelos Programas mas para
587 atender numa linguagem que o Estado com sua estrutura administrativa,
588 burocrática entende pra quem vai executar. Então pra deixar muito tranqüilo
589 todo mundo que esse caminhar pelo menos é o que a gente vem vivenciado
590 nas reuniões que estamos participando tanto pelo Programa Meio Ambiente
591 Sustentabilidade, como dos outros Programas que a gente vem participando
592 essa tem sido a construção. Para complementar, diz que acha importantíssimo
593 sim quando a gente olha para a atribuição desse espaço dialogar sim com os
594 colegiados territoriais na perspectiva de qualificar o debate da educação
595 ambiental, tanto no instrumento de gestão desses colegiados, como no próprio
596 debate do colegiado territorial e não é atoa que se tem aqui a representação
597 desse espaço, então eu acho valido sim, a gente ter esse olhar de nos
598 debruçarmos para com a relação que a gente estreita com outros
599 colegiados,também, que a gente já fez isso com a educação, a gente já fez
600 isso com o CEPRAM, de Meio Ambiente, já fez isso com um dado momento
601 com o Conselho de Saúde, então está na nossa atribuição essa interlocução
602 com outros espaços colegiados. José Carlos – SEMA, diz que no seu entender
603 a proposição ela veio no sentido para de um olhar da CIEA sobre como o Meio
604 Ambiente e a Educação Ambiental estão no planejamento territorial, apenas e
605 exclusivamente isso, para nos ajudar nas diversas iniciativas previstas no
606 instrumento que é o PPA que é a ação de Estado ou não, para outras, então
607 não existe eu entendi claramente que não existe uma associação direta entre o
608 que está pensado no planejamento territorial e apenas o PPA ou seja a ação
609 de Estado, por que existe possivelmente no pensar no planejamento territorial
610 ações que não são de Estado, pode ser iniciativas privadas, pode ser das
611 ONG's, pode ser do Município. Nesse sentido, gostaria de acalmar os
612 corações mas exatamente, eu entendi a percepção da leitura para que a CIEA

613 possa fazer a leitura do que se pensou pra gente poder colaborar nesse
614 sentido ou sendo via Estado previsto no PPA ou não, de qualquer
615 maneira. Zanna Matos – SEMA diz a gente encaminha que as Câmaras
616 Técnicas incorporaram no planejamento importância de debruçar. Pergunta se
617 o método já querem destacar isso, decidir isso aqui. José Carlos – SEMA
618 sugeriu: que em cada Câmara é melhor. Zanna Matos – SEMA responde que
619 cada Câmara indica. José Carlos – SEMA diz que o objetivo já foi traçado e
620 colocado. Zanna Matos – SEMA diz então o objetivo da gente se debruçar é
621 que nos elaborem um documento dentro da CIEA, dedicados aos colegiados
622 territoriais com esse olhar da Educação Ambiental para com os instrumentos
623 que é o plano, a dificuldade é a agenda. Diz que só não queria estabelecer
624 uma plenária inteira apenas para esse tema, porque eu acho que a gente
625 precisa dar encaminhamentos as outras coisas inclusive as produções que até
626 o final do ano a gente precisa dar conta. Solange Alcântara Neves da Rocha –
627 CEMITEC Educação básica, então considerando a sugestão de Edmilson
628 mesmo as Câmaras Técnicas poderiam está escolhendo os pontos que são e
629 que se adequam a sua realidade e a gente trabalhar pelo menos um turno da
630 tarde para isso, por exemplo destinaria 01(uma) hora pra discutir nesse foco
631 como José Carlos ponderou o que tem haver efetivamente da educação
632 ambiental ali dentro e agente poder contribuir seria uma coisa bem prática
633 direta e depois a gente elaborar o documento. Zanna Matos - SEMA pergunta
634 se pode ser assim, se todos concordam, que se dedique um pedaço da
635 próxima reunião talvez para esse olhar, aí as Câmaras Técnicas de novo se
636 dividem se reúnem escolhe um território a gente já tem todos aqui, escolhe um
637 território que esteja presente na Câmara Técnica e faz esse olhar, pode ser?
638 Encaminhamos assim desse jeito? Zanna Matos passa para os dois
639 encaminhamentos 1. solicitar a CAR apresentação da formação de Edu-
640 comunicação nos Territórios para os Orgãos Colegiados aqui na CIEA para
641 conhecer a proposta - na próxima reunião , Neivia vai como SDR e a SECEX -
642 reunião de setembro; Zanna Matos – SEMA passa para o ponto da
643 apresentação das propostas PPA 2020-2023, lembrando que foi construído até
644 o nível de iniciativa e que isso faz parte de uma metodologia específica. Então
645 o que foi apresentado aqui, a metodologia que a SEPLAN vem inserindo nessa
646 construção, chegou a ter iniciativas e detalhadas ações. José Carlos dos

647 Santos Oliveira – SEMA primeiro mostrar o Órgão Gestor da Política de
648 Educação Ambiental portanto pela Diretoria composto pela DIEAS e CEAS
649 (Coordenação de Educação Ambiental da SEC, as duas secretarias que
650 compõem. Programa de Meio Ambiente e Sustentabilidade que é o programa
651 gerador de toda política ambiental do ponto de vista da SEMA, então é o único
652 programa que gera os diversos compromissos. Tanto o poder publico Federal
653 Estadual e o Municipal a cada 04 anos precisam renovar os seus planos
654 plurianual, começa no próximo ano para os próximos 04 anos. O plano
655 plurianual baseado não somente no que se pode chamar de uma visão
656 tecnicista Afirmou, o dia-a-dia a nível de quem produz a ação publica a nível de
657 estado, foi baseado em alguns documentos como o plano de Governo
658 vencedor para a eleição para governo cujo Governador eleito é Rui Costa, se
659 baseou nesse instrumento , se baseou também nas escutas territoriais, ou seja,
660 possivelmente muitos daqui participaram das escutas territoriais onde foram
661 consignadas diversas propostas nas diversas políticas publicas, basearam
662 também em documentos de produção de planejamento de documento interno
663 como o PDI e o PGP que é o de governo é o institucional. Entre os
664 compromissos apresentados, aprovados, quer dizer quando eu digo aprovado,
665 alei ainda não foi para assembléia, estamos em discussão mas o que foi
666 validado entre os proponentes, a Educação Ambiental posso dizer pela
667 primeira vez, nós temos um compromisso a nível de Estado exclusivo com a
668 política de Educação Ambiental, então são cinco ou seis compromissos
669 vinculados sobre a liderança da Secretária do Meio Ambiente, exemplo tem
670 compromisso ligado a Biodiversidade, temos outro compromisso ligado a
671 gestão, tem compromisso ligado a clima e temos também compromisso então,
672 desta vez, pela primeira vez um documento que eu posso dizer que é
673 exclusivo, o que para setorialmente é interessante para o ponto de vista da
674 disputa de recursos, temos um compromisso uma obrigação consignar
675 recursos diretos da fonte do Estado com o compromisso firmado que nós não
676 tínhamos a anterior e que compromisso é esse - promover a Educação
677 Ambiental para a sustentabilidade com participação social então não se pensa
678 em Educação Ambiental sem interlocução com a sociedade, sem abertura, sem
679 participação e a meta ampliar o número de pessoas em ações para a
680 democratização do conhecimento sócio- ambiental, com ênfase no uso das

681 tecnologias de informação e comunicação. Pode dizer então que a meta já
682 trás uma questão nova para além do que sempre se produziu na prática direta
683 de Educação Ambiental, se introduziu também o uso das Tic's. Então ai entra
684 o Edu-comunicação, entra também exemplo processos formativos com EAD,
685 possivelmente, digamos verificar se tem alguma concertação estadual que a
686 gente precisa ver talvez até um próprio canal no youtube da própria Educação
687 Ambienta, l tudo isso podemos pensar agora, inclusive me lembro que foi
688 consignada uma proposta da TVE parece do pessoal do IRDERB de
689 divulgação de material de peças educativas, não só na nossa área bom
690 lembrar também de outras áreas, foi essa proposta por isso estou falando que
691 essa meta amplia ajuda ampliar que é um sonho nosso o escopo da
692 comunicação da formação educação ambiental e é claro que aqui nas nossas
693 reuniões algumas propostas de curso de formação irão sair, por exemplo nós
694 colocamos lá proposições ampliadas, como realizar processos educativos ficou
695 solto pra aqui na nossa reunião, vamos fazer uma formação em águas... sair
696 daqui, pra gente poder ir contratando como Estado, esse processo durante o
697 tempo. Quanto ao valor de alcance não é simples produzir o valor de alcance
698 nós colocamos 10.000 pessoas que a gente olha muito para a atividade prática,
699 quantos pessoas fizeram a atividade de Educação Ambiental naquela unidade
700 de conservação, aquele curso que foi feito com 50, mas na nossa área esse
701 valor de alcance ele está muito dimensionado pra muito para baixo é muito
702 mais que isso por que naturalmente nós teremos, exemplo a Secretaria de
703 Educação vocês imagine isso durante quatro anos toda produção nas unidades
704 de ensino aí nós teríamos uma produção, então preferíamos colocar um lugar
705 de alcance baixo mas alcançá-los muito mais no tempo, muito mais do que isso
706 aí melhor ainda é buscar o máximo de registros do ponto de vista de Estado,
707 para a gente poder colocar para a sociedade no período de quatro anos quanto
708 nós atingimos em termos de formação das pessoas, em termos de
709 comunicação, em termos de informação na política de Educação Ambiental.
710 Sendo uma hierarquia primeiro o programa, segundo o compromisso, depois a
711 meta, agora voltamos para meta. A meta 01 já foi colocada; meta 02 - ampliar
712 o número de unidades escolares com ações de Educação Ambiental, meta da
713 SEC; meta 03 - implementar os instrumentos da gestão da Educação
714 Ambiental no Estado, essa é uma meta ousada e necessária para fortalecer o

715 sistema; meta 04 - ampliar em tal quantidade o número de empreendimentos
716 em estrutura de realizações de Educação Ambiental fase de implantação essa
717 meta é muito ligada a regulação. Zanna diz que essa meta é da SEINFRA por
718 que assim na dinâmica do PPA a gente tem uma mesa programática onde é
719 convidada outras instituições as quais sinalizam ou tem convergência com a
720 Educação Ambiental, então nessa mesa estava SEC, SEMA, IDERB e
721 SEINFRA, em algum momento foi o Corpo de Bombeiros e saiu, mas assim
722 aquelas achavam que tinha afinidade, todas estavam abertas para serem
723 convidadas, então a SEINFRA, a SEC, e o IDERB apontaram, sinalizaram e
724 inseriram iniciativas de sua responsabilidade dentro do programa de meio
725 ambiente sustentabilidade. Então ali coloquei em cores diferentes para
726 ressaltar que a responsabilidade aí está de Secretária distintas então tem
727 SEMA, SEC e SEINFRA. José Carlos – SEMA continua dizendo que na
728 primeira meta as iniciativas que foram pensadas sempre bom lembrar que elas
729 são iniciativas que são do tipo guarda-chuvas a partir das escutas das
730 proposições que vieram de todos os segmentos - realizar a produção de
731 material de didático de Educação Ambiental com ênfase no uso das
732 tecnologias de informação e de comunicação, ou seja o material impresso ele
733 vai continuar sendo realizado, sendo feito nos processos informativos mas o
734 novo agora é a inclusão das TIC's; realizar eventos formativos em Educação
735 Ambiental com ênfase no uso das tecnologias, já são eventos; realizar ações
736 de Educação Ambiental no âmbito das políticas do Meio Ambiente e de
737 Recursos Hídricos; vincular conteúdos de rádio, televisão e internet que
738 promovam o esporte e lazer baiano, aqui dentro do que eu falei exatamente
739 aquela contribuição a SECOM e do IRDEB, essa questão de vida saudável
740 vinculado também a Educação Ambiental; apoiar os Municípios no
741 fortalecimento de políticas públicas de Educação Ambiental, veja só na
742 mudança interna estrutural o novo desenho interno da SEMA a gestão, o GEAC
743 por exemplo e a Educação Ambiental estarão posso dizer mais aproximados
744 cada um com sua política, internamente estarão mais aproximados e a ação
745 gente, conseguir no período de quatro anos fazer com que cada Município
746 consiga ter a sua política de Educação Ambiental ali desenvolvida, a partir da
747 liderança da municipalidade será uma grande conquista para todos nós que
748 estamos aqui nessa sala, é um desafio e nessa semana nós já enviamos um

749 *mailing* para praticamente com todos os Municípios da Bahia uma cópia do
750 decreto de regulamentação da política ambiental um texto exatamente
751 começando fazer essa sugestão e vamos começar a fazer reuniões mais
752 continuadas com os Municípios, estamos conversando muito com a FECBAHIA
753 Federação dos Consórcios Públicos da Bahia, exatamente para capitalizar
754 mais APEA no sentido de fazer com que política de Educação Ambiental seja
755 assumido pela municipalidade mesmo com o esforço e o histórico e o acúmulo
756 do Estado , ainda sentimos uma distância as vezes das municipalidades na
757 elaboração e execução de políticas de Educação Ambiental, então virou pra
758 gente uma prioridade mesmo a gente poder trabalhar nessa construção vertical
759 com os municípios. Na meta três implementar os instrumentos da gestão da
760 Educação no Estado é uma meta que eu posso dizer ousada no nosso ponto
761 de vista da nossa estruturação, elaborar o diagnóstico estadual de Educação
762 Ambiental e elaborar o Sistema Estadual de Educação Ambiental é uma
763 meta ousada mas é estruturante para a concepção que nos chamaríamos de
764 um sistema estadual de Educação Ambiental, é uma meta que demanda
765 recursos significativos, recursos que nós teremos que buscar como captar
766 como secretaria de Estado, e logicamente envolver a produção, elaboração e
767 participação de todos, imagine quantas escutas territoriais nós teríamos que,
768 uma busca ativa de informação, a outra as escutas para audiências públicas
769 para elaborar esse diagnóstico estadual para Educação Ambiental, ou seja a
770 produção documental ambiental servirá para uma história inteira, será muito
771 interessante para todos nós, então colocamos uma meta muito ousada para o
772 período de quatro anos pela quantidade de produção que esse desafio nos
773 coloca e depois elaborar o sistema de informações sobre Educação Ambiental.
774 É preciso que em tempo real os diversos educadores ambientais, as
775 autoridades, todo cidadão tenha informação de conteúdo, mas dados também
776 de funcionamento do sistema, sendo outra iniciativa parte da meta dos
777 instrumentos da gestão que nós consigamos no documento do PPA, e
778 logicamente vai envolver muita dedicação, muito trabalho de todos não só da
779 SEMA de todos nós aqui. Colocando em valores estimados, realizar a
780 produção de material didático, colocamos ali um valor estimado de
781 R\$500.000,00, realizar eventos informativos - R\$500.000,00, realizar ações
782 de Educação Ambiental no âmbito das políticas de Meio Ambiente e Recursos

783 Hídricos - R\$500.000,00, apoiar os Municípios no fortalecimento nas políticas
784 públicas de Educação Ambiental também colocamos - R\$500.000.00. Zanna
785 Matos – SEMA faz uma correção: só uma correção faltou acrescentar a
786 política do Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e de Recursos Hídricos. José
787 Carlos continuou sobre as escutas territoriais que dialogam com as metas,
788 vamos dizer que elas já estão contidas nas ações que elas iram ser pensadas
789 e executadas, como Incentivar e financiar programas de Educação Ambiental
790 em todos os níveis em instituições de ensino do território uma escuta muito
791 apropriada para as unidades escolares formais, construir a unidade referencial
792 de Meio Ambiente com o foco na Educação Ambiental, produção de muros e
793 sementes nativos para distribuição, concluir o plano da Bacia do Rio Grande
794 que, logicamente não é de Educação Ambiental, mas Educação Ambiental
795 atua transversalmente, promover a qualificação do território, através de ação
796 de Educação Ambiental, recuperação florestal, aí vocês estão vendo que são
797 amplas, nascente em conformidade com a legislação ambiental pertinente.
798 Então, por exemplo veja só se o território consignou lá validou uma proposta
799 aprovada veio de forma integral, qualificação ambiental, educação,
800 recuperação de florestas e de nascente, então não é uma ação específica
801 somente da Educação Ambiental, firmar parcerias pública e privadas para o
802 financiamento de projeto na área de identificação e recuperação de nascentes,
803 é bom fazer uma lembrança do nós estávamos debatendo antes, essa é uma
804 visão mediana que está contida nos planos de desenvolvimento territorial ,
805 essa visão medianamente estão lá colocadas um pouco mais disforme e que é
806 normal por ser uma escuta mas livre, mas lá possivelmente mais detalhadas,
807 de certa forma esses exercícios de escuta aqui nos ajuda a olhar como
808 possivelmente os documentos pensados territorialmente como já estão onde
809 vamos começar se debruçar agora, fortalecer parcerias públicas privadas,
810 fortalecer as ações de conservação, proteção, fiscalização, Educação
811 Ambiental e os espaços fórum de participação ambiental, comitês, além de
812 elaborar e implementar planos ambientais de Bacia Hidrográfica do Litoral Sul,
813 até agora das escutas só geraram um. Mantém Identificado o território esse
814 está claro que foi possivelmente numa plenária realizada no Litoral Sul e
815 implantar e fortalecer programa de revitalizações dos mananciais do território
816 com vegetação e conservação do solo e da água como base da

817 sustentabilidade produtiva da agropecuária, ampliando a fiscalização, o
818 monitoramento e o apoio ao funcionamento de comitê de Bacias Hidrográficas
819 e suas autonomia, lembrando também que os colegiados de bacias são
820 geralmente composta por pessoas que tem uma relação muito forte com o
821 território, dando para notar então boa parte das propostas que vieram das
822 escutas citam muito a relação com a Bacia Hidrográfica; retomar a fiscalização
823 e implantar Educação Ambiental para combater todos os crimes ambientais e
824 realmente fica uma confusão, fiscalização com Educação Ambiental para o
825 combate dos crimes e veio uma confusão; desmatamento de floresta nativa,
826 caça, a comercialização de animais silvestres e os demais incluindo a
827 mineração; priorizar a realização do cadastro estadual florestal de imóveis
828 rurais, o CEFIR - (Cadastro de Imóveis Rurais), que já é uma política cotidiana
829 da secretaria; apoiar ações para as áreas degradadas, APP's, matas em torno da
830 cidade, nascentes; fomenta a política de transição para uma produção agro-
831 ecológica, o conceito de transição ecológica que hoje está muito disseminado
832 especialmente na questão de clima e na questão do campo e da agroecologia
833 e eu acredito que teremos que nos debruçar mais sobre essa temática;
834 promover a qualificação ambiental do território através de ações de Educação
835 Ambiental, recuperação florestal, de nascentes, em conformidades com a
836 legislação ambiental pertinente; e depois implantar a política estadual de
837 agroecologia, que parece ser uma demanda crescente no campo por esse
838 debate. Zanna Matos – SEMA esclarecer que foram colocadas as escutas, mas
839 que percebe-se que não tem claramente o nome Educação Ambiental mas
840 que a gente entende que há uma convergência dentro da transversalidade da
841 temática, então todas convergem, conversam, dialogam com aquelas iniciativas
842 com a meta que foi estabelecida. A política de estadual de agroecologia por
843 que ela foi criada fortemente no corpo do seu texto está inserindo grandes
844 questões, princípios e diretrizes da Educação Ambiental e que dialogam
845 também com essa política, teve alguns momentos que até nos questionaram
846 por que a gente estava botando essa escuta de agroecologia e não de
847 Educação Ambiental. Afirmamos que é de Educação Ambiental sim, na sua
848 construção aliás a sua construção foi toda institucionalmente as duas
849 instituições estavam presentes e no seu conteúdo a temática estava totalmente
850 inserida na sua implementação com certeza. José Carlos – SEMA continuando

851 na meta dois dos instrumentos colocou R\$ 1.000.000,00 para os dois
852 instrumentos - elaborar o diagnóstico e elaborar o sistema estadual, o sistema
853 de informação acredito que seja mais, mais tem que colocar um valor ao
854 mesmos que provoque a mente do Estado para fazer os estudos e verificar o
855 que pode chegar, pode ser que seja mais. Então estamos em processos de
856 finalização por que agora já processo são as ações, as ações que serão
857 trabalhadas dentro de cada meta e dentro do grande compromisso colocado na
858 Educação Ambiental. Então o desafio para todos nós cresceu bastante lógico
859 um desafio que pouco possivelmente melhor, por que um compromisso
860 internamente nos faz poder exigir mais, setorialmente falando, mas está
861 aberto para o dialogo. Joás Brandão Souza – GAP – Chapada Diamantina
862 quando você colocar ali produzir sementes, eu tenho uma colocação de quem
863 produz a semente são as árvores e eu achei que soou mal. Então, assim, por
864 que eu trabalho com isso também e sei muito isso e estou colocando de novo
865 aqui, que eu já ouvi falar disso, quem produz são as árvores nós fazemos as
866 coletas então verificamos as matrizes e vamos lá fazer as coletas. José Carlos
867 – SEMA, vamos identificar então de onde partiu para você poder reunir lá e
868 educar o pessoal. Pergunta se tem mais alguma colocação? Maria Cristina
869 Vieira - DIRUC, queria só saber dentro das metas a relação da DIEAS com a
870 DIRUC se saiu alguma coisa, se teve algum destaque? Por que você está
871 trabalhando com metas e iniciativas não entrou como metas, entrou como
872 iniciativas? Entra aonde dentro de iniciativa, qual a meta? Então não está
873 destacado a unidade de conservação, como não está escrito a gente não vê,
874 está falando em recursos hídricos. Unidade não está, o comitê está, fica
875 esquisito. José Carlos – SEMA, eu entendi o que Maria Cristina “Tita” esse
876 entendimento inclusive foi durante as reuniões com a SEPLAN sempre
877 colocado por que as vezes sempre tem alguém setorial nosso de qualquer
878 setor, “eu quero colocar e especificava” aí a própria SEPLAN diz que não
879 podemos especificar, vamos generalizar para poder facilitar a execução.
880 Zanna Matos – SEMA discorda pois não chegou nas iniciativas, não está
881 escrito mas falando de política ambiental, quando eu falo de política ambiental
882 é bom acalmar os corações por que a gente só está falando de iniciativa não
883 chegamos em ações. José Carlos – SEMA, coloca que tem um outro
884 compromisso específico que cita a unidade de conservação em relação a

885 biodiversidade, eu posso até dizer que é prioridade no PPA, no ponto de vista
886 contemplou muito fortemente a nossa área a nossa Educação Ambiental aqui e
887 também as unidades de conservação em relação a biodiversidade um
888 compromisso muito específico e lógico que aí a transversalidade o que vai
889 acontecer direto, a unidade de conservação ela é por excelência eu posso dizer
890 a primeira unidade nossa de Educação Ambiental por excelência então está
891 muito claro que Jeane participou de todas as reuniões e uma outra não sei se é
892 Alemanha ou Portuguesa participou muito bem bela contribuição inclusive às
893 vezes saíram muito bem no projeto. Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU
894 parabeniza a CIEA pela ideia de criar o Sistema de Educação Ambiental, que
895 é assim fundamental de suma importância pra nós e quero colocar que o
896 Senhor do Bonfim como participante ativo disso aí e quero também já colocar
897 uma ideia de ação dessa criação de sistema que eu vi falar dos consórcios e a
898 gente tem muito acesso claro o nosso prefeito é o presidente do consórcio e
899 também ao secretário executivo a gente também tem muito acesso aí eu já
900 quero colocar aquele seminário que eu pedir pra Senhor do Bonfim como uma
901 formação pra a construção e elaboração para essa minuta de Lei e seria uma
902 ideia da gente iniciar e quero fazer assim essa solicitação aqui para que a
903 gente já comece com o Senhor do Bonfim e eu vou está lá em território, temos
904 Universidades três Federais nós temos, temos bastante espaço e temos nós lá
905 para mobilizar, apoiar e ajudar e tenho certeza que o nosso prefeito Carlos
906 Brasileiro ele vai está realmente aberto para fazer isso. José Carlos– SEMA
907 pronto muito bem compromisso, o bom de está presente e participar é isso,
908 possivelmente um outro território gostaria de ter a mesma iniciativa e a
909 presença aqui a liderança é fundamental. Zanna Matos – SEMA, diz que para
910 complementar a fala de Bernadedth já que o prefeito é presidente do consórcio
911 diz a ele que nos provoque no sentido de que vocês estão interessados a
912 implementar uma política municipal de Educação Ambiental, coisa do tipo e
913 que veja no consórcio se isso é pertinente e ai eu acho que nos provocando a
914 gente tem por que outros territórios já vem nos provocando, Irecê já nos
915 provocou nesse sentido e só queria lembrar que nessa meta de implemento
916 dos Instrumentos no capítulo 03 da política trata dos instrumentos e temos três
917 instrumentos o programa, o diagnóstico e o sistema, então agora usado como
918 José Carlos colocou de inserir no próximo PPA, mas é obrigação nossa estar

919 avançando de elaborar o diagnóstico e de elaborar o sistema. Então vai ser
920 muito trabalho mas eu acho que a gente já tem 10 anos aí de Lei publicada,
921 não de política pública, mas de Lei publicada e acha que já tem a possibilidade
922 de avançar para esses dois instrumentos aí, nos próximos quatro anos até pra
923 gente fazer essa avaliação desses nove anos ou dez anos desde de que a Lei
924 foi publicada. Fábio Fernandes Barbosa – SEC no que tange a meta dois como
925 Zanna falou parabeniza realmente a equipe da SEMA em especial a DIEAS por
926 ter conseguido avançar a perspectiva da gente ter no próximo PPA, no
927 programa de Meio Ambiente um compromisso específico para Educação
928 Ambiental, isso é um avanço significativo e de certa forma essa expressão de
929 parabéns que Bernadeth externou ainda a pouco está diretamente ligado ao
930 sucesso que passa pela a articulação de vários aspectos e ainda tem algumas
931 missões dentro do PPA, como o compromisso, as metas, as iniciativas, nós
932 vamos para as ações e ainda temos a necessidade de territorializar. No que
933 tange a Secretária da Educação na plenária do programa de Meio Ambiente
934 algumas iniciativas elas foram aportadas considerando principalmente o que
935 nós já temos na nossa Lei e também com olhar no Decreto de regulamentação,
936 então por exemplo identificar as unidades escolares que realizam essa
937 experiência já é uma provocação antiga que já foi aqui até apresentada pela
938 própria CIEA da necessidade de aproximação do que acontece no âmbito
939 formal, nas unidades escolares e aí com a, inclusão dessas experiências no
940 mapeamento que está disponível no site da SEMA, então a partir de agora vai
941 iniciar esse processo de fomentar e incentivar as unidades escolares a fazerem
942 também o cadastramento das suas experiências. Para que a gente consiga ter
943 uma educação ambiental da forma como preconizada na Educação da forma
944 como nós pensamos numa perspectiva crítica e transformadora e
945 emancipatória, tem que ter um processo de formação de professores até
946 mesmo por que já discutimos isso algumas vezes nós cobramos dos
947 profissionais da educação o trabalhar de uma certa forma com a temática, mas
948 que essa forma de se trabalhar com essa Educação Ambiental ela não é
949 desenvolvida durante o processo formativo- formação inicial, principalmente
950 desses profissionais, ou seja a academia ela ainda tem um distanciamento
951 mesmo com as diretrizes curriculares nacionais com a resolução CE nº 11,
952 ainda, se tem uma carência no se trabalhar Educação Ambiental na formação

953 inicial desses profissionais dos professores e professoras nessa perspectiva e
954 como sanar isso? através de um processo de formação continuada e aí temos
955 também o fortalecer as ações de espaços sócio ambientalistas, esse nome
956 pode até soar estranho mas ao mesmo tempo nós não podemos esquecer do
957 que foi disposto no nosso decreto de regulamentação, isso a gente está
958 associando diretamente ao quer a formação da CONVIDA nas unidades
959 escolares, mas que não foi na época pela própria orientação da PGE que nos
960 não utilizássemos essa, que seria considerado marcasnessa dominação, isso
961 também na própria resolução do Conselho Estadual de Educação. Além disso
962 temos também uma outra ação na verdade que vai ser uma outra iniciativa que
963 não está colocada aí mas está colocada na proposta da SEC, mas nós não
964 inserimos por que ainda não temos esse documento fechado até mesmo por
965 causa da dimensão da Secretária de Educação, mas que é na perspectiva de
966 atender também ao disposto no plano de convivência com o Semi Árido, de
967 que a gente trabalhe a Educação Ambiental, parece de que a gente está
968 sendo repetitivo, mas o trabalhar a Educação Ambiental de forma
969 contextualizada, o óbvio mas isso sendo externalizado, por meio de materiais
970 específicos considerando as especificidades dos nossos territórios e em
971 especial também do semi árido baiano, depois disso como eu falei a idéia que
972 a gente passe para uma etapa de territorialização, considerando os diferentes
973 núcleos territoriais de educação como nós vamos chegar as unidades
974 escolares?Então, o primeiro movimento é vê a participação das unidades
975 escolares dentro da divisão territorial, ou seja quanto de percentual eu tenho da
976 participação nos projetos, nas atividades de conferência, desenvolvendo ações
977 de Educação Ambiental por cada NTE's e de uma forma mais efetiva a gente
978 conseguir entrar nesses espaços, já fazendo um dialogo e a ideia de que a
979 gente faça uma apresentação para vocês em algumas NTE's a gente tem
980 praticamente 100% das escolas com a sinalização informando que realizam as
981 atividades Educação Ambiental, já em outros NTE's esse percentual baixa para
982 entorno de 30% a 40%. Então, precisa de fazer isso considerando as
983 unidades escolares da rede Estadual. Para as unidades escolares das redes
984 Municipais, ainda, não tem esse levantamento, mas da rede Estadual nós
985 temos esses dados em números absolutos e também em percentual e ai
986 associando isso, ontemna reunião da nossa CT nós também já pensamos em

987 inserirmos em nosso plano de trabalho estratégias que venham a contribuir
988 para efetivação dessas iniciativas, que posteriormente nós iremos apresentar,
989 sendo o próximo ponto de pauta onde nós iremos apresentar o ponto de cada
990 um, do que nós pensamos como sendo, para ser realizado ao longo desse
991 nosso biênio, podemos trazer um exemplo - processo de conferência infanto
992 juvenil pelo Meio Ambiente, onde fortalece as ações de Educação Ambiental
993 nas unidades escolares, mas ao mesmo tempo hoje não temos mas essa
994 garantia, então o que a CIEA pode fazer enquanto preposição, na perspectiva
995 de estimular, de fomentar que esse processo não seja esquecido ou até
996 mesmo excluído da ação educativa ou de promoção ou enraizamento da
997 Educação Ambiental nos espaços escolares. Assim que nós tivermos o
998 documento fechado de Educação Ambiental da Secretária da Educação, por
999 que além disso hoje nós tivemos uma mudança na estrutura organizacional da
1000 SEC, assim como José Carlos sinalizou aí a questão do GEAC a aproximação
1001 com a Educação Ambiental, nós que estávamos na Superintendênciade
1002 Políticas para Educação básica agora fomos migrados para Coordenação
1003 Executiva de Projetos Estratégicos da Educação é uma estrutura mais ligada
1004 ao Gabinete do Secretário e Sub- Secretário que tem como objetivo
1005 implementar essas ações, esses projetos estratégicos. Então as ações
1006 relacionadas a Educação Ambiental, Promoção a Saúde, os Projetos Artísticos
1007 e Culturais eles fazem parte desse grande conjunto que a Coordenação
1008 Executiva dos Projetos Estratégicos, temos ainda a ação da CEPE , de
1009 fomentar esses projetos ao longo dos próximos quatro anos, dentro da
1010 Educação Ambiental quais são os projetos que nós temos? Temos Juventude
1011 em ação que hoje nós estamos em todos os territórios de identidade com
1012 unidades escolares sendo provocada a construir sua agenda 21 escolar tendo
1013 como ponto de partida a formação da COMVIDA, então isso está sendo
1014 estimulado o número de unidades escolares ao longo desde 2010 quando foi
1015 iniciado esse processo até 2018, não vou falar de 2019 por que nós ainda
1016 estamos em processo de identificação das escolas e coleta de informações,
1017 houve um aumento do número de unidades escolares que participaram e se a
1018 observar em números absolutos em 2018 houve uma diminuição, entretanto
1019 em percentual houve um aumento por que nós tivemos também escolas da
1020 rede Estadual que foram municipalizadas ou passaram por um processo de re-

1021 ordenamento. Então, diminuindo o número de unidades da nossa rede, nós
1022 também diminuimos o número de unidades escolares que realizam ou
1023 participam do projeto Juventude em ação, mas em percentual desde de 2010 a
1024 2018 nós sempre tivemos uma escala crescente. Maria Cristina “Tita fala sobre
1025 como definir essa questão dos Municípios e acha que tem de pensar e definir
1026 critérios num todo, para não gerar questionamentos. Diz que ou abre uma
1027 formação no território e vê quem chega está preparado dialogando com os
1028 consórcios e com GEAC, bem como a história das escolas de duas Unidades
1029 de Conservação de Santo Antonio e Coroa vermelha, onde as professoras
1030 estão interessada na formação, mas querem para o bloco todo, desejam
1031 formação, pois já fazem o CONVIDA mas não está acontecendo. Zanna
1032 Matos – SEMA, diz que a história com os Municípios na verdade essa é uma
1033 demanda antiga dentro das DIEAS, a gente que conseguiu caminhar um
1034 momento na direção de uma construção de um processo que iria circular no
1035 Estado todo para fomentar essa estruturação no Município, em termos da
1036 política pública ou incentivá-la até uma política específica ou uma qualificação
1037 da Educação Ambiental na política ambiental e se estruturar em termos de
1038 institucionalidade no âmbito da gestão ambiental Municipal. Esse projeto teve
1039 que ser interrompido por falta de recurso pelos contingenciamentos da vida,
1040 mas enfim essa é uma demanda que os Municípios bateram em nossa porta
1041 pedindo apoio nesse sentido de como trabalhar Educação Ambiental nesse
1042 âmbito e aí a gente vem ainda depois desse processo que foi interrompido
1043 timidamente atendendo aos Municípios que estavam integrados ao GEAC com
1044 um processo formativo e agora com a ideia dos consórcios que tem um corpo
1045 de pessoas e ano passado a gente chegou fazer uma formação com os
1046 técnicos que compõe, que dão apoio a oito consórcio que tem convênio com a
1047 SEMA, não foram todos do Estado da Bahia, mas esses oito que tem
1048 convênio com a SEMA e recentemente retomando essa pauta pra dentro de
1049 novo, por isso que fizemos questão de colocar uma iniciativa pra dentro da
1050 Diretoria, retoma essa ideia de orientar os Municípios nessa construção e
1051 talvez tenha uma idéia, construção de manual orientador que isso tenha um
1052 processo formativo atrelado. Estamos sendo provocados muito fortemente pela
1053 Federação dos Consórcios, então talvez o recorte que se vá começar seja por
1054 aí pelos consórcios, que tenham uma capilaridade fantástica que é de quase

1055 300 Municípios atualmente, então eles tem provocado, a gente participou de
1056 duas reuniões recentemente pra gente debater essa temática no âmbito
1057 Municipal, e a gente está indo muito nessa linha da orientação de firmar, de
1058 estruturar a Educação Ambiental dentro da gestão, por que uma vez
1059 estruturada ela consegue trabalhar qualquer temática dentro daquele cenário
1060 sócio-ambiental, por que eles tem uma Gestão Ambiental Municipal, o GEAC
1061 está atrelado ao consórcio por que todos os convênios são consórcios, então é
1062 nesse universo, a Federação ele tem mais consórcio do que o GEAC, a
1063 Federação está nos provocando para trabalhar com os consórcios da
1064 Federação, então é mais amplo do que o GEAC. Não foi finalizada a proposta
1065 por que está sendo construída, precisamos orientar o Município a estruturar a
1066 Educação Ambiental dentro da sua política e de seus instrumento de Gestão,
1067 a partir dos passos da mobilização do diagnóstico, das etapas que a gente já
1068 conhece da incorporação de núcleos locais que possa olhar para temática e
1069 construir suas propostas no âmbito do Município das temáticas que forem
1070 ressaltadas dentro do diagnóstico e diante dessa provocação dos Municípios.
1071 Diante dessa provocação a FEC/BAHIA (Federação dos Consórcios) nos
1072 provocou com relação a temática de resíduos sólidos, porque retoma até o ano
1073 que vem os Municípios precisam cumprir aquela questão dos aterros sanitários
1074 e etc. e aí temos participado das reuniões e eles tem falado muito sobre
1075 resíduo sólidos, mas estamos defendendo essa linha de que o Município precisa
1076 estruturar a Educação Ambiental, independente de temática, hoje pode ser
1077 resíduos sólidos, amanhã revitalização dos Rios, amanhã pode ser outra
1078 temática que o cenário sócio - ambiental vai dar, uma vez ela estruturada,
1079 institucionalizada, eles já vão saber fazer diante do cenário. Estamos defendendo
1080 essa linha e tanto que eu trouxe essa demanda para CIEA, já foi colocado para
1081 Câmara Técnica de Município e ontem eles já incluíram no planejamento, a
1082 elaboração de uma recomendação de Educação Ambiental sobre essa
1083 temática específica de resíduos sólidos, já que tem essa urgência premente
1084 que os Municípios que precisam atender e nos demandaram isso, eu sugerir a
1085 Câmara Técnica e eles discutiram ontem, hoje vamos ver o que eles acharam
1086 da sugestão, mas isso foi muito bem acolhido no âmbito FEC/BAHIA de ter a
1087 CIEA se debruçando na construção desse documento que oriente essa
1088 construção, mas a gente vem defendendo essa linha a gente tem um formato, a

1089 gente tem uma estrutura do projeto que já tínhamos construído anteriormente
1090 estamos retomando, avaliando e atualizando ele, ainda continua em
1091 construção. Maria Cristina Vieira – DIRUC diz que na verdade esse processo
1092 como você falou é histórico, a partir do momento que a gente construiu a nossa
1093 política do Estado, imediatamente a gente já tinha o compromisso com os
1094 Municípios, desde daquele momento. Então, eu acho independente da gente
1095 ser pautado hoje pelos Consórcios, pelos próprios Municípios eu acho que é
1096 uma prerrogativa da política de Educação Ambiental, então quando você fala
1097 que a gente foi demandado pelo Consórcio, eu acho que a gente que está
1098 demandando, a gente que precisa demandar, vindo de lá é bem vindo
1099 maravilhoso, lembrar que quem está implementando a política é o sistema
1100 SEMA, DIEAS e suas interfaces todas, então eu acho que é importante, senão
1101 a gente fica sempre naquela pauta, precisamos ser mais proativo, então só
1102 uma observação que eu acho que é legal a contribuição nesse sentido, a gente
1103 que precisa pautar as figuras, pautar para todo mundo a estratégia maior é
1104 quem de fato está com a mão na massa, que são os consórcios e etc, mas
1105 dentro dos consórcios também a gente está vendo muitas distorções
1106 infelizmente, então todos os técnicos que estão lá não estão preparados como
1107 a gente pensa que está muito pelo contrário, eu tive em uma reunião agora a
1108 pouco, o consórcio estavam dentro de um Conselho de Município e que ele fez
1109 uma leitura da Educação Ambiental e dos Núcleos, uma coisa quase eu não
1110 falei nada naturalmente, depois eu convidei ele para conversar e falei que o
1111 entendimento da Lei não é essa, você está representando o Estado e você fala
1112 isso e o povo que não conhece nada vai por esse caminho. Então vamos
1113 alinhar, tanto é que estamos dando agora dentro do processo de plano de
1114 manejo, todo um suporte pra que eles compreendam o que é de fato um plano
1115 de manejo para que eles não estiverem falando asneiras quase que desmonta
1116 o processo todo. Só para lembrar que em nosso papel de implementação de
1117 política é o grande guarda-chuvãomesmo, as outras coisas é com quem a
1118 gente vai dialogar e fazer o negócio. Fábio Fernandes Barbosa – SEC diz que
1119 essa preocupação trazida por “Tita” que você traz, é realmente procedente,
1120 mas essa segunda reunião e todas as reuniões aconteceram no mês de julho
1121 e, então, é algo muito recente e realmente até a própria Federação de
1122 Consórcio já externalizou isso, quem está captando isso no processo de

1123 agregar inicialmente a Federação ela está fazendo esse movimento, mas ao
1124 mesmo tempo esse protagonismo ele é do Estado isso já está bem definido.
1125 Zanna Matos – SEMA que convida Helton Carlos Oliveira dos Santos – SEMA
1126 para falar sobre a proposta do boletim informativo que os colegiados pediram.
1127 Helton Carlos Oliveira dos Santos – SEMA fala sobre a necessidade de um
1128 informativo que já existia, tentou elaborar um informativo padrão, do que é
1129 utilizado no mais diversos lugares, com um mecanismo de divulgação do que é
1130 discutido aqui, há ideia realmente é utilizar o conteúdo que é produzido nesse
1131 caso específico que é só modelo, a gente utilizou o conteúdo que foi produzido
1132 pela comunicação da SEMA, fotos conteúdos meramente ilustrativos, um
1133 padrão, explica a linha do tempo da CIEA BAHIA, são coisas que vão ficar
1134 permanente como é pra divulgação as pessoas que não conhece precisam ter
1135 essa noção, todo resto do conteúdo vai ser de acordo com o que for produzido
1136 aqui nas reuniões, um layout bem básico mesmo, acredito que supra essa
1137 necessidade. Foi uma ideia feita de ontem para hoje muito rápido, mas a ideia é
1138 que tenha a colaboração de todos, para que possa ser melhorado ao longo do
1139 tempo. Fábio Fernandes Barbosa – SEC diz que tem duas sugestões que lá no
1140 fundo a gente poderia colocar um lembrete para a próxima reunião, então
1141 assim colocar um Box de chamada destacando para aqueles que estão sendo
1142 informados da realização reunião da CIEA, qualquer pessoa da sociedade
1143 pode participar tem direito a vez e a voz só não ao voto. Helton Carlos Oliveira
1144 dos Santos – SEMA com a relação à fala de Fábio, a questão do layout vai ser
1145 mudado de acordo com a edição por conta do conteúdo o espaço que a gente
1146 vai ter a ideia também, o informativo vai acontecer nessa mesma periodicidade
1147 ou seja a cada reunião bimensal, então assim que a gente terminar uma
1148 reunião como essa se houver tempo que vocês apontem coisas que podem ser
1149 inseridas e a gente vai fazendo todas as alterações. Fábio Fernandes Barbosa
1150 – SEC então vamos colocar um box fixo informando a próxima reunião os
1151 nossos desafios dentro da própria Secretária de Educação também entra nesse
1152 aspecto, talvez o primeiro seja de apresentação da CIEA, talvez colocar um
1153 perfil dos membros, no informativo 01 trazer algo mas resumido sobre esses
1154 membros ou onde podemos encontrar essas informações, o primeiro
1155 informativo ter essa chamada ou a gente fazer essa apresentação ou algo que
1156 remeta para o link da Sema que está mais atualizado onde tem as informações

1157 quanto a Ata, quanto a composição e quantos produções e tudo, até esse link
1158 poderia ter a data da próxima reunião no box fixo sempre ter mas informações
1159 da CIEA que poderão ser obtidas no link tal. Helton Carlos Oliveira dos Santos
1160 – Sema não sei se as pessoas costumam utilizar isso e se os territórios vão
1161 utilizar, mas existe a possibilidade de link direto ou através de um *QR code*, a
1162 pessoa fotografa com o seu celular e ele já abre diretamente, eu não sei se as
1163 pessoas saberiam o que é um *QR code* e a forma de usar, então quem for
1164 divulgar ele informar sobre isso. Esse informativo não pode ser muito longo
1165 para não ter quatro ou cinco páginas e acabar não lendo o bom é que tenha
1166 duas ou três páginas no máximo. Fábio Barbosa – SEC comenta sobre o Box
1167 azul do informativo que vai ficar fixo, informa que poderia colocar na parte de
1168 baixo “informações adicionais poderão ser obtidas: coloca o link e por que tem
1169 que ter as atualizações das produções da própria mudança da composição.
1170 Breno Pessoa – REABA, diz que só a título de reflexão de repente a gente
1171 pensar em perspectiva de um espaço para instagram uma coisa para que seja
1172 divulgado as coisas que vem acontecendo, colocar mais fotos ou seja pra
1173 gente ter uma dinâmica de dialogo com a sociedade para que as pessoas
1174 possam se envolverem ali sabendo o que a CIEA está fazendo numa dinâmica
1175 de rede social. Helton Carlos Oliveira dos Santos – SEMA é uma ideia muito
1176 boa, mas informa não tem autonomia para fazer essa produção teria que ser
1177 algo vindo do departamento de comunicação da Secretária agente vai buscar
1178 sempre essas possibilidades, é necessário ver as demandas deles e como eles
1179 enxergam isso, até a questão da aceitação do projeto como algo importante
1180 dentro do parâmetro dele mais além dessa iniciativa a gente ao longo do tempo
1181 vai tentar estabelecer outras que sejam aprovadas que a gente consiga
1182 otimizar a comunicação da CIEA. Zanna Matos – SEMA diz que qualquer
1183 membro que queria colocar pode a gente pode veicular o perfil de forma
1184 institucional ,por que a Sema já tem um instagram, na verdade é a SECOM que
1185 limita, agora se outro membro daqui ou outro segmento quiser colocar um perfil
1186 da CIEA e gerir isso pode. Helton Carlos Oliveira dos Santos – SEMA diz que
1187 pode produzir conteúdos extra oficialmente para encaminhar para vocês, falo
1188 tipo um “CARD” e vocês divulgarem eu posso dar essa colaboração fora da
1189 minha atribuição na Secretária. A reunião recomeça, após horário de almoço
1190 com Zanna Matos – SEMA, passando para apresentação da Câmaras

1191 Técnicas passando para Fábio Fernandes Barbosa – SEC que inicia dizendo
1192 que a Câmara Técnica esteve reunida ontem – Sara Reis, Solange, professora
1193 Rosiléia Almeida – UFBA, Duillami Embirassu de Arruda – SEC, Mariana e
1194 analisaram o plano de trabalho da CT 2016 e 2018 fizemos uma avaliação do
1195 que tinha sido proposto e o que realmente foi executado, do plano de 2018 que
1196 foi apresentado nós temos umas considerações e conseguimos cumprir no dia
1197 04 de junho de 2019 tivemos a publicação da recomendação número 02 da
1198 CIEA, que trata justamente desse estímulo por parte das Secretarias
1199 Municipais de Educação e Secretarias Estaduais de Educação, para que as
1200 unidades escolares façam a transição para as chamadas escolas sustentáveis
1201 considerando o tripé: currículo, espaço físico e gestão. Tínhamos uma outra
1202 ação que era fazer um mapeamento junto as unidades escolares do ponto de
1203 vista de execução dos PDDE's escolas sustentáveis, com o recurso que foi
1204 captado junto ao Governo Federal para fomentar essa atividade, importante
1205 destacar que as unidades escolares receberam o recurso em 2016 e início de
1206 2017, então entendemos que o prazo era suficiente para que ocorresse a
1207 execução do mesmo. Nesse item fizemos uma ponderação, que foi seguinte:
1208 para termos o cenário real das unidades escolares é interessante que o
1209 instrumento elaborado seja respondido pelas escolas e não pelo Município.
1210 Por que isso? Eu tenho um Município com dez unidades escolares
1211 contempladas pelo PDDE escolas sustentáveis, quando o Município for
1212 responder ele vai colocar só uma resposta no Google Dox, pode ser que essa
1213 resposta não represente a totalidade das escolas contempladas naquele
1214 Município, diante dessa avaliação, qual foi a estratégia conduzida? Foi aplicado
1215 o questionário junto às unidades escolares da rede Estadual, que nós temos
1216 governança enquanto a Secretária Estadual de Educação e o questionário
1217 aplicado servirá de modelo para as unidades escolares, na verdade servirá de
1218 modelo para os Municípios, através das Secretarias Municipais de Educação,
1219 fazerem a aplicação do mesmo com adaptações, se necessário, junto às
1220 unidades escolares das suas redes, mas para isso avaliamos ser prudentes e
1221 esperarmos a aprovação do regimento, no qual foi incluída a UNDIME como
1222 sendo uma instituição representante. Então a partir da presença da
1223 UNDIME nós retornaremos com esse ponto para que os representantes dessa
1224 instituição tome o conhecimento e se acharem interessante e prudente

1225 aplicarem o instrumento perante as suas redes. Outra foi a recomendação
1226 que nós tínhamos proposto de fazermos que os Municípios por meio dos seus
1227 Conselhos Municipais de Educação, elaborassem um documento similar a
1228 Resolução número 11 do CEE, nós não conseguimos cumprir e principalmente
1229 levando em consideração o cenário, esse não cumprimento foi estratégico, por
1230 que do ponto de vista curricular das unidades escolares, temos dois
1231 movimentosefervessente - 1º BNCC do ensino fundamental já foi aprovada e 2
1232 º referencial curricular do Estado da Bahia foi elaborado pela Secretária de
1233 Educação inclusive apresentamos aqui nesse espaço foi a Prof. Ionê em uma
1234 reunião ocorrida em 2018 fez a apresentação de todo processo, inclusive a
1235 CIEA contribuiu na elaboração do texto base, a ser inserido no referencial
1236 curricular. Diante disso não adianta ter uma proposta apenas para que os
1237 Conselhos Municipais, elaborem as suas recomendações ou resoluções nesse
1238 sentido, diante dessa não realização da atividade que também foi de forma
1239 estratégica, nós propusemos a primeira ação, que é a elaboração de uma
1240 recomendação para os Municípios de que a Educação Ambiental seja um tema
1241 integrador nos referenciais curriculares e atenda ao disposto da resolução nº
1242 11 da CEE, a gente já traz o Cronogramafoi iniciado o programa de construção
1243 com o grupo a idéia é que até o dia 25 de setembro esse material já tenha sido
1244 terminado e a proposta para próxima reunião que já seja apresentado na
1245 plenária para a avaliação. Podemos ir ponto por ponto e vocês vão aprovando
1246 ou não, qual seria o ponto de referência, nós dividimos os trabalhos naCT's por
1247 grupo para termos uma maior celeridade do ponto de vista de produção e nós
1248 colocamos como indicador um produto que é a recomendação publicada.
1249 Então a primeira se aprovada pela plenária, aprovada por todos é a sugestão
1250 da nossa CT's. No segundo ponto vamos voltar à proposta do PPA
1251 apresentada por José Carlos - SEMA, vejam que nós temos lá no que tange as
1252 ações da Secretaria de Educação com a iniciativa para Educação Ambiental a
1253 questão da formação inicial e continuada e a importância disso, a resolução
1254 CEE traz esse disposto, ao mesmo tempo, o que podemos levar em
1255 consideração mesmo com todos esses atos normativos, por meio de
1256 umarecomendação a gente ter a elaboração de diretrizes com os conteúdos
1257 que nós consideramos essenciais, mas que pode ser os básicos aquele que
1258 não pode faltar em nenhum processo informativo para a Educação Ambiental,

1259 tanto na formação inicial quanto na continuada principalmente tendo os
1260 profissionais da Educação como público alvo, esse material foi discutido ontem
1261 sobre alguns documentos que podem nortear, mas nos próximos dias a
1262 Câmara Técnica vai se debruçar em especial ao grupo que está em destaque
1263 os membros que está com o nome em negrito, significa que é a referência, o
1264 responsável, quem está coordenando o processo internamente e como
1265 indicador temos a recomendação publicada. Então a ideia é de que com isso
1266 as Secretarias Municipais quanto as Estaduais, quanto as Instituições de
1267 Ensino Superior que ofertam o curso de graduação no âmbito das licenciaturas
1268 podem oferecer esses conteúdos considerados básicos e essenciais para
1269 ajudar no processo de formação de professores e professoras. Pergunta se a
1270 proposta está aprovada? Houve concordância da plenária, então seguiu para o
1271 terceiro ponto que é a recomendação para as Secretárias Municipais de
1272 Educação e Secretarias de Educação Estadual fomentem os processos da
1273 Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, lembrando que foi
1274 apresentada a proposta do PPI de 2035 que a realização e continuidade desse
1275 processo, pois consideramos para além da formação de ajudar na formação
1276 de sujeitos ambientalmente educados, preocupados com as questões sócio-
1277 ambientais esses processos de conferência também promovem a Educação
1278 para a democracia, uma vez que ele tenha alguns princípios que regem o fazer
1279 pedagógico da atividade dentre esses princípios a gente destaca a questão
1280 Jovem escolhe Jovem, princípio democrático principalmente nos tempos atuais
1281 que devem fortalecidos e fomentados nos diversos espaços nas unidades
1282 escolares, para a Conferência considerando principalmente o processo de
1283 execução que nós tivemos aqui no Estado e que foi apresentado em uma das
1284 reuniões e também objeto de avaliação por essa estrutura colegiada no
1285 monitorar é um processo que deve ter continuidade, deve ser continuado, não
1286 temos essa garantia por que muitas vezes quem faz e quem desperta esse
1287 processo é uma iniciativa do Governo Federal esse é o grande entrave, será
1288 que isso vai acontecer? e nós como CIEA não podemos provocar isso?
1289 Jaqueline poderá falar mais sobre isso, mas temos Municípios que estão
1290 realizando a Conferência anualmente, exemplo Miguel Calmon que esse ano
1291 mesmo não tendo um processo de Conferência pelo MEC nem pelo poder
1292 Estadual o Governo Federal, o Poder Público Municipal entendeu como sendo

1293 um processo importante de ser continuado, então o tema de 2018 teve
1294 continuidade em 2019. Jaqueline– FAEB esse processo Fábio foi
1295 protagonizado pelo próprio ‘Fagner’ que também participou da própria
1296 Conferência que provocou o Município, foi o próprio aluno que participou de
1297 todo processo e foi São Paulo e provocou o Município dizendo que queria fazer
1298 na escola dele e isso repercutiu no Município. Então, eu acho que é um ponto
1299 positivo por que veio do jovem a proposta. Maria Cristina Vieira – DIRUC pelo
1300 processo que a gente teve de Conferência no Estado tanto as nossas
1301 Conferências quanto as das escolas todas elas com muitos ganhos, era muito
1302 importante focar na formação continuada, a Conferência é um processo de
1303 troca, de sensibilização, de despertar etc., a nossa formação continuada está
1304 dormindo, ainda. Esse é o grande desafio desse momento. Fábio Fernandes
1305 Barbosa – SEC diz que temos dois movimentos, precisamos entender as
1306 diferentes funções e atribuições das instâncias aqui e principalmente
1307 considerando essa estrutura colegiada, enquanto CIEA a proposta é que nós
1308 façamos recomendações para que esses processos eles continuem no nosso
1309 Estado e nossos Municípios, que é o que nos cabe como CIEA.
1310 Individualmente nós temos as nossas atribuições, por exemplo, no que tange
1311 dar formação inicial, temos professora Rosileia - isso é um trabalho
1312 principalmente das Instituições de Ensino Superior. Formação Continuada
1313 Secretárias Municipais, Educação e Meio Ambiente se entrar também nesse
1314 processo de parceria, as Secretarias Educação Estadual e Secretaria de Meio
1315 Ambiente do Estado, assim como outras estruturas parceiras, mas ao mesmo
1316 tempo não pode deixar de estimular que ações como essa protagonizada pelo
1317 estudante Fagner deixe de acontecer, é um conjunto que precisa ser
1318 fortalecido, concordo que o processo de formação continuada é fundamental.
1319 Na proposta do PPA apresentada por José Carlos - SEMA tem uma iniciativa
1320 na formação dos professores, mas essa formação dos professores, qual o
1321 quantitativo que vamos conseguir? Diálogo apresentado internamente na
1322 Secretaria é de que não tem uma formação específica para EA, mas que
1323 conseguimos penetrar e ser contemplado em todos os processos formativos
1324 que acontecerem, pois conseguimos estimular a desejada transversalidade.
1325 Entender essa construção coletiva hoje dentro de todos os processos
1326 formativos da Secretaria de Educação está sobre a responsabilidade do

1327 Instituto Anísio Teixeira, então as coordenações e os setores são demandantes
1328 desses processos. Então, internamente o que cabe a Secretaria de Educação
1329 de fazer essa parceria, temos essa questão e a Educação Ambiental
1330 considerando o caráter transversal que esteja presente. Comentou com “Rose”
1331 sobre a questão de fazer uma breve pesquisa dos processos formativos que
1332 ocorrem ou que já ocorreram, sempre tem um histórico da Educação Ambiental
1333 com uma carga imensa, Rio 2015, Rio + 20. Pergunta se será que isso
1334 realmente é o mais importante dentro do cenário atual? O que podemos fazer
1335 para ter uma ação efetiva dos professores das nossas professoras na
1336 perspectiva de trabalhar a Educação Ambiental crítica, transformadora e
1337 emancipatória? Com as reflexões que devemos fazer e que está disposto na
1338 Câmara Técnica, quando agente fala em termos conteúdos essenciais básicos
1339 a serem trabalhados, ele vem justamente nessa perspectiva e esse ano
1340 tivemos uma ação que foi realizada de forma conjunta Secretaria do Meio
1341 Ambiente e Secretaria de Educação que foi a semana Estadual do Meio
1342 Ambiente, nós acreditamos que esse processo será o primeiro de muitos,
1343 propusemos a institucionalização e normatização dessa semana. Então a
1344 construção de um ato ou decreto no qual o Governador possa dizer que a
1345 semana do Meio Ambiente vai acontecer no período a tanto, sendo publicada
1346 no começo do ano de forma a possibilitar a organização e a participação
1347 conduzida e capitaneada principalmente pela Secretária do Meio Ambiente, mas
1348 as outras Secretárias que tem ações possam está inseridas nesse processo,
1349 então a sugestão é que haja esse ato normativo e ao mesmo tempo que a
1350 CIEA possa pensar em um tema que seja o tema gerador das discussões
1351 sobre Educação Ambiental no ano seguinte, exemplo para 2020, qual o tema
1352 que deve ser trabalhado para fomentar as discussões de Educação Ambiental?
1353 Então, teríamos um exercício que definiria critérios, em 2020 teríamos uma
1354 pesquisa breve pesquisa, Solange estará conduzindo esse processo da
1355 elaboração, primeiro dos critérios socializando com a plenária, essa
1356 socialização seria via e-mail e, posteriormente, cada CT iria pensar em uma
1357 proposta de tema internamente e iria defender a sua proposta isso na última
1358 reunião de 2019, para que a partir daí o tema, tivesse uma publicação de uma
1359 recomendação, exemplo “recomendamos aos Municípios que sejam
1360 trabalhados em 2020 tal tema as Secretarias Municipais de Educação, as

1361 Secretarias Municipais do Meio Ambiente, as Secretarias Estaduais de
1362 Educação e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente”..., isso de certa forma
1363 teríamos uma unidade e ao mesmo tempo o mesmo tema sendo trabalhado
1364 igual na Conferência Infanto-Juvenil ou na Conferência Adulto, onde tem um
1365 tem que é lançado e discutido em diversos espaços e com isso teríamos
1366 condições de ter um processo na nossa opinião e nessa avaliação inicial pela
1367 CT de fortalecimento das discussões da Educação Ambiental, então para isso
1368 a gente tem a proposta de que haja a construção desses critérios. Solange
1369 ficou de elaborar e socializar por e-mail, a partir disso as CT's ficou na verdade
1370 individualmente as pessoas podem pensar e na próxima reunião das CT's
1371 conseguirmos fazer talvez nessa discussão de qual seria o tema chave a
1372 proposta de tema chave e na reunião de novembro nós teríamos a
1373 apresentação de três CT's compostas, cada CT's apresentando um tema para
1374 que haja a deliberação em plenária e qual tema seria recomendado para essas
1375 instituições e para essas estruturas Governamentais trabalharem em 2020.
1376 Temos uma observação, no âmbito das unidades escolares a Secretaria
1377 Estadual de Educação colocou o ano 2020 o ano” Anísio Teixeira” e aí nós
1378 fizemos uma discussão e Sara vai nos ajudar nesse processo, também, antes
1379 de ser completamente integrada a nova CT, que é justamente o tentarmos
1380 identificar na literatura essa correlação entre a Educação Ambiental, as
1381 questões Sócios Ambientais e Meio Ambiente estamos trazendo isso por que
1382 em 2020 na verdade foi lançado no dia 12 de julho de 2019 no Instituto Anísio
1383 Teixeira, mas em 2020 as escolas de todas as redes, incluindo as escolas
1384 particulares e as Municipais, serão provocadas a ter as obras “Anisianas” de
1385 Anísio Teixeiracomo o tema da jornada pedagógica. Então, se a gente
1386 consegue fazer uma correlação disso, acreditamos que facilmente vai ser
1387 incorporado nas discussões, Sara trouxe um relato sobre uma obra que ela
1388 conhece de um trabalho, de uma dissertação que foi produzida por um amigo
1389 dela que faz justamente esse comparativo de algumas obras com espaço
1390 físico e ficou de resgatar e socializar também com a gente. Consulta se essa
1391 última proposta foi aprovada também que foi aprovada pela plenária. José
1392 Carlos dos Santos Oliveira – SEMA, mesmo que a gente indique é uma
1393 indicação da CIEA temos que fazer essa lembrança de interferência de uma
1394 lógica de discussão Mundial da própria ONU , de que sempre leva em conta

1395 que devemos sempre contribuir e indicar, mas não podemos fazer um cavalo
1396 de batalha, a temática é bom que só tenha um tema é bem interessante
1397 mesmo por que acaba intensificando o debate sobre aquele tema, então a
1398 gente endossa o que foi aprovado e todo mundo participa. Zanna Maria
1399 Rodrigues de Matos – SEMA entra como critério como Agenda Internacional, a
1400 Agenda Nacional e a Agenda Local e a gente faz esse estudo e chega ao tema.
1401 Eu só queria ampliar o que Fábio falou para que não só essa temática não seja
1402 só recomendada para algumas instituições do Estado e que possam fazer as
1403 suas ações na semana do Meio Ambiente, mas em todas aqui representadas
1404 em todos os seus territórios estimulem que as ações do Meio Ambiente, seja
1405 voltada com essa temática escolhida ou debatida aqui, para ampliar mais e a
1406 gente tem um movimento maior ou igual a proposta do Ministério da Primavera
1407 X. Fábio – SEC esclarecer que a ideia que esses critérios devem ser trazidos
1408 pelas CT's que vão fazer as propostas. Então acreditamos que as CT's vão
1409 fazer esse movimento de escuta e de reconhecimento do que está
1410 acontecendo lá nos territórios, não é algo que vai ser pensado por isso que
1411 são as três e cada Câmara Técnica faz a apresentação de uma proposta
1412 considerando já as discussões. Observa que colocamos uma interrogação
1413 28/11/2019 pois depende justamente dessa validação no coletivo, nós
1414 tínhamos até discutido considerando o dialogo com a FECBAHIA, da gente ter
1415 essa questão dos resíduos sólidos como algo importante a ser discutido
1416 também como tema gerador. Então é essa a nossa proposta de plano de
1417 trabalho que nós acreditamos e estamos otimistas pra que possamos esgotar
1418 isso em 2019 e termos a possibilidade de construirmos algo também para
1419 2020, vamos então ver o resultado. Complementando, Fábio Fernandes
1420 Barbosa – SEC na avaliação 2016 -2018 nós ficamos com um ponto que não
1421 foi feito, que foi a questão do levantamento junto aos Municípios, se existe a
1422 política de Educação Ambiental que era justamente para fazer em parceria com
1423 a CT's de Mapeamento que não mais existe, então esse ponto nós sugerimos
1424 que seja colocado para a Câmara Técnica de Município fazer esse
1425 levantamento do panorama em relação a existência das políticas Municipais de
1426 Educação Ambiental. Bernadeth Simões – UMBU diz que estavam em
1427 avaliação ontem e acrescentaram um item de acompanhamento dos trabalhos
1428 e dos encaminhamentos das Câmaras Técnicas e já começaram a colocar o

1429 novo andamento e a até sugeriu para as outras Câmaras e serve de registro
1430 depois para a SEMA, do que a Câmara Técnica propôs e do que já fez e qual o
1431 andamento que está, colocamos mais uma coluna “status” do processo,
1432 informativo já colocamos aprovado, em andamento, em processo, fomos
1433 atendidos, é até bom para os novos a questão do informativo foi uma sugestão
1434 e solicitação da nossa Câmara Técnica e hoje já tivemos resposta e por isso a
1435 nossa alegria. Nós da nossa Câmara Técnica que faz parte Jorge Luiz Faria –
1436 ABENFAC, Vanilton de Jesus Santos – FETAG, Rafaela FETAG, Edmilson dos
1437 Santos – CET, Vani – SETRE, Edmilson dos Santos –FETAG, Valnei, ausente,
1438 Lilite, ausente e Wellington, indicamos na outra reunião, para que fosse
1439 integrar a nossa Câmara Técnica. Então, é tomar conhecimento e estudar o
1440 mapeamento das experiências sócio-ambientais, precisamos que a SECEX ou
1441 não sei se é a DIEAS “Zanna” que passe, para gente tomar esse conhecimento
1442 e após verificar incluir as atividades de Educação Ambiental da SEC no
1443 mapeamento a gente quer saber se estão inclusas nesse mapeamento, se
1444 estão conversando. ZannaMatos – SEMA no mapeamento hoje como foco
1445 nosso cadastramento voluntário e tínhamos o convênio, o foco dos convênios
1446 era identificar iniciativas no campo não formal, existe nas escolas mas ainda
1447 não foi retratado no mapeamento, inclusive já foi incluído para o próximo PPA,
1448 pra vir recurso para a gente ver como viabilizar isso e fechar, até por que a
1449 SEMA está propondo em articulação com a SEC e o diagnóstico sobre o
1450 mapeamento segundo a política vinculada diretamente ao diagnóstico.
1451 Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU, o três já foi atendendo por “Fábio!” que
1452 era solicitar e encaminhar os nomes dos membros da CIEA, que já foi até
1453 encaminhado; levantar as possibilidades para ampliar a visibilidade ao acesso
1454 do mapeamento e solicitar a produção de informativo, participar e contribuir na
1455 elaboração da minuta do programa de Educação Ambiental do Território
1456 Costeiro. Para cada um encaminhamento que fizermos de nossa Câmara
1457 Técnica colocamos um encaminhamento a partir da nossa avaliação; solicitar
1458 da SECEX que envie as resoluções já existentes que a CIEA fez para a
1459 SEPLANE encaminhar para o ADT apresentar nos colegiados, esse momento
1460 de apresentação doADT’sdas resoluções da CIEA, vai ter que se referir a
1461 existência, a lei de Educação Ambiental Estadual, falar do decreto, em resumo
1462 vai ter que falar de Educação Ambiental nesse momento nos colegiados, é um

1463 momento bem importante que se eles também vão tomar consciência e se
1464 apropriar que não foi só aquele momento de lei que ajudaram a construir e que
1465 só ficou na lei que já existe uma regulamentação e que já existe resoluções e
1466 principalmente que existe uma resolução para Colegiados Territoriais, existe
1467 resolução para os Municípios, existe resolução para o Conselho da Educação
1468 Formal e que tem pessoas de Universidades nos Colegiados. Então, para
1469 nós é um momento importante que a gente entende que os colegiados a partir
1470 do ADT que é funcionário da SEPLAN começar a disparar esse movimento nos
1471 Colegiados. Consulta se a plenária aprova e compreende isso? Explica a “Tita”
1472 o que o está falando do alcance que a gente tem e que nós estamos propondo
1473 a Câmara Técnica algo que para nós é possível, nesse momento. É possível
1474 sim a DIEAS fazer um ofício e encaminhar a SEPLAN, solicitar e colocar os
1475 documentos juntos e pedi ao SEPLAN que solicite ao ADT que faça essa
1476 apresentação na reunião do Colegiado, isso é plenamente possível e
1477 realizável. Agora com relação do Estado para Municípios é uma questão
1478 possível mas complexa, então estamos propondo algo mais possível para nós
1479 na nossa visão. Zanna Matos – SEMA diz que todo documento, resoluções,
1480 recomendações que daqui é produzido que tem haver com o Município a gente
1481 encaminha para todos os Municípios da Bahia, via e-mail para o Secretário do
1482 Meio Ambiente e Secretário de Educação. Atualmente foi feito um ofício
1483 atualizando quais são os documentos de Educação Ambiental no Estado,
1484 incluindo as coisas da CIEA, as Resoluções do CEPRAM que tem a do
1485 licenciamento, os Programas, isso foi feito por que mudam as pessoas para
1486 eles saberem onde procurar. A UNDIME chega Na Secretária de Educação do
1487 Município por que a NTE vai para as Escolas do Estado. Fábio – SEC diz que
1488 pode fazer essa estratégia, conforme foi passado por Bernadedth podemos
1489 dizer que o SEPLAN, acha que esquece que a SEPLAN faz parte desse
1490 Colegiado, nós temos um representante da SEPLAN nesse Colegiado e ainda
1491 temos na CET, que ainda pode e deveria fazer esse movimento. Então assim
1492 avia de chegada não deveria ser a via da SECEX e nem via coordenação da
1493 CIEA, mas não deixa de ser institucional. Essas pessoas não deixam de ser
1494 institucionais. A gente não reconhece essas representações como não são
1495 institucionais? É isso que a gente está avaliando? Uma coisa que sempre é
1496 defendido e enfatizado aqui nos espaços, que é o princípio da

1497 representatividade, não está dando oportunidade aos colegas da SEPLAN de
1498 falar como foi o movimento. O que é o princípio da representatividade? Por
1499 exemplo, quando alguém sai da reunião da CIEA e retorna para o INEMA o que
1500 você faz com o que acontece aqui? Socializar e isso devem ser uma prática
1501 comum a todos os membros, olha só a palavrinha “deve”, então a gente está
1502 dizendo que não está acontecendo esse processo sem dar o direito dessas
1503 representações falarem ou até mesmo iniciarem um processo interno que eu
1504 acho que o primeiro caminho seria os membros da SEPLAN pudessem fazer
1505 esse movimento, que os membros da CET pudessem fazer esse movimento,
1506 como prioridade, o interessante era ouvir os colegas dessas instituições.
1507 Zanna Matos – SEMA diz que não vamos criar tantas demandas ao ponto de
1508 cair no mundo das frustrações, nós temos limitações e todo mundo deveria
1509 reconhecer isso, estamos ampliando a possibilidade de enraizar toda e
1510 qualquer informação que são discutidas e elaboradas aqui, portanto cabe a
1511 CETe os representantes que aqui estão fazer essa articulação encaminharem
1512 esses documentos, assim como cabe a SEPLAN também fazer essa
1513 articulação, assim também pode caber a SECEX, enquanto SecretAria
1514 Executiva deste colegiado, independentemente pode ser também a SEMA e a
1515 SEC independente de qualquer coisa pela a sua atribuição agora não vamos
1516 procurar sempre uma terceira pessoa para responsabilizar por coisas a qual
1517 nós temos responsabilidade, não é a terceira pessoa que vai ter a
1518 responsabilidade de encaminhar a resolução na qual eu participei para poder
1519 elaborar e aprovei em plenária e legitimada por todos aqui, por que não posso
1520 passar se sou representante de um espaço que eu elaborei? Tenho que passar
1521 para a minha representação está em crise de limitação de pessoal, sendo cada
1522 vez mais restrito nas instituições, não vamos criar demandas para depois ficar
1523 em uma frustração por que a SEMA e a SEC não fez, por quê? Por que o
1524 conjunto de quem tem responsabilidade de fazer também não fez, portando
1525 vamos compartilhar as responsabilidades, senão não vamos chegar. Cabe sim,
1526 foi solicitado na última reunião a SEC mandou para NTE e para UNDIME nós
1527 estamos mandando cada Secretária Municipal de Meio Ambiente a de
1528 Secretária de Saúde foi pedido a um representante de Saúde colaborar com
1529 esse envio, e temos o privilégio de representações dos colegiados que tem
1530 essa missão. Bernadedth diz três para 24 territórios e que foi ADT e 04 anos

1531 representações não cobre não cobre o Estado da Bahia, você se encarrega de
1532 entregar um por um, nós discutimos e tem representação de colegiado que
1533 concorda. Agente quer que a ADT que trabalha para o Estado e ele é obrigado
1534 está nas reuniões e preparar uma apresentação, chegar e explicar sobre lei,
1535 decreto de regulamentação e resoluções, para que o Colegiado comece de
1536 novo a lembrar que existe educação ambiental no Estado da Bahia, pois não
1537 existe educação ambiental no Estado da Bahia, não quer o documento
1538 institucionalizado não, querem a ação. Zanna Matos – SEMA falou em levar
1539 formação para os territórios através da multiplicação, a fim de promover o
1540 diálogo para a Educação Ambiental nos colegiados olhando para esta questão
1541 pautando o que está acontecendo que não se reflete educação ambiental
1542 nesses espaços já que há dificuldade de imprimir isso nesses espaços como
1543 demanda relatadas pelos conselheiros presentes e que não consegue imprimir
1544 lá concluiu. Informando ainda que acredita não que seja este o motivo de a
1545 SEMA não esteja presente nas Câmara Técnicas pois a política é de todos
1546 afirmou. Edmilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga falou do
1547 desafio e observando as ações no geral como todo observa que inclusive nos
1548 espaços que são obrigatórios por Lei não está cumprindo esse processo.
1549 Destacou que uma estratégia seria levar o debate para CET, a primeira vez
1550 que viu a CIEA dentro da CET foi quando foi conduzido pra CIEA, por isso o
1551 esforço para se debruçar em PTD's, já a idéia de Bernadete de vincular a
1552 SEPLAN que é membro do CIEA, pois muito núcleos conseguem dialogar de
1553 forma paralela sem ter que excluir um processo a outra linha é são os próprios
1554 membros da CET levar pra dentro. Bernadeth diz que convidar precisamos da
1555 presença de Rosalvo na próxima reunião da CIEA, queremos acompanhar se
1556 está acontecendo alguma coisa no Programa Costeiro. Zanna Matos diz que
1557 não existe nenhum programa sendo elaborado "Rosalvo" sugeriu que esse
1558 espaço seja o inicio dessa discussão tipo um marco zero mais não existe no
1559 âmbito da SEMA não estar sendo elaborado nenhum programa de Educação
1560 Ambiental para Guarda Costeira, ele queria acompanhar os passos que a CIEA
1561 teve com a resolução da regulação do licenciamento poderia seguir os mesmos
1562 passos que vocês, se você quiser seguir aos mesmos passos que chegue a
1563 uma resolução tem que começar colocar a demanda para a CIEA, então foi
1564 isso que ele provocou mas não tem nenhuma linha escrita de absolutamente

1565 nada é demanda para aqui. Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU então tem
1566 na nossa Câmara Técnica que a gente quer elaborar uma resolução como
1567 planejamento e também elaborar a minuta das diretrizes de Educação
1568 Ambiental para os editais de financiamento de projetos da Agricultura Familiar
1569 SEAGRI e SDR, para que de fato a Educação Ambiental esteja, isso já foi
1570 colocado desde outra vez; elaborar o plano de diretrizes da Educação
1571 Ambiental, na verdade é a recomendação pára financiamento de Educação
1572 Ambiental para os Editais da Agricultura Familiar. Zanna Matos – SEMA
1573 pergunta não seria uma resolução para incorporar diretrizes de Educação
1574 Ambiental nos Editais? Por que assim uma recomendação da inserção das
1575 diretrizes de Educação Ambiental nos Editais e não para projetos, por que não
1576 atribuição deles Edital de Educação Ambiental. Maria Cristina Vieira – DIRUC
1577 os editais foram 2 anos de reconstrução as linhas de trabalho foi o turismo de
1578 base comunitária, produtos da sócio biodiversidade, processos agro-
1579 ecológicos, houve um critério que foi dado para as Comunidades De
1580 Conservação, para as Comunidades Tradicionais Ribeirinhos e foi dado
1581 exatamente para os locais que nunca chegou em canto nenhum e a prioridade
1582 foi dada para as Unidades de Conservação e os Ribeirinhos Agricultores
1583 Familiares esse foi um processo construído, as questões Ambientais foram
1584 bem contempladas. Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU comenta sobre
1585 elaborar a minuta da recomendação de resolução de orientação dos Municípios
1586 e Territórios para a realização da Educação Ambiental na Gestão Integrada de
1587 Resíduos Sólidos. Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA comenta sobre o
1588 que cabe a Educação Ambiental na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não
1589 vai fazer uma recomendação da gestão, por isso é duas coisas distintas a
1590 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, é uma orientação da Educação
1591 Ambiental. Foi feito uma provocação a Câmara Técnica por que segundo a
1592 nossa política cabe a CIEA elaborar as diretrizes para o tema de referência do
1593 diagnostico como a gente já está pensando para o ano que vem começar com
1594 esse processo, então a Câmara Técnica já começar a levantar que elementos
1595 para a gente organizarem termo de referência, então eu sugerir que eles
1596 incorporassem no planejamento. Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU fala
1597 sobre a discussão que fizeram antes que é um trabalho bem pesado, vamos
1598 ver se a gente consegue identificar as propostas de Educação Ambiental

1599 contidas nos PTD's. ZannaMaria Rodrigues de Matos – SEMA comenta a fala
1600 de Bernadeth dizendo que muita coisa não foi dada prioridade e nem disse o
1601 quando, então eu acho que as Câmaras Técnicas precisam também ter essa
1602 coisa do tempo não podemos ficar a vida toda discutindo esse tema, é preciso
1603 determinar isso no tempo, na primeira recomendação qual será a prioridade
1604 dessas? A próxima reunião vai trazer qual? A primeira prioridade seria a
1605 Resolução de Resíduos Sólidos e do TR do Diagnóstico? Bernadeth já quer
1606 deixar agendado para 30/08/2019 com a solicitação da reunião da CT para
1607 trabalhar essas duas. Queremos fazer duas reuniões dia 30/08/2019 e
1608 25/09/2019 antes da reunião da CIEA. Com a palavra Zanna Maria Rodrigues
1609 de Matos – SEMA a plenária com a relação ao trabalho da Câmara Técnica.
1610 Comentários de Edmilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga
1611 só acrescentando que a gente já definiu que os PTDs vem para próxima
1612 reunião sendo o encaminhamento na nossa segunda reunião a atividade seria
1613 essa. Comenta Fábio Fernandes Barbosa – SEC não foi uma sugestão na
1614 verdade no plano de trabalho de 2019 da nossa CT nós tínhamos colocado a
1615 questão do mapeamento junto ao poder público Municipal dando uma
1616 existência ou não a política de Educação Ambiental e que não foi realizado,
1617 então nós consideramos que isso é importante talvez capitaneado pela CT dos
1618 Municípios mas também com a participação das outras Câmaras Técnicas de
1619 modo a gente formar um instrumento único, uma vez de a gente chegar de uma
1620 forma fragmentada ao Município solicitando informações que atenta as
1621 necessidades do ponto de vista de trabalho da CT informal, por exemplo, mas
1622 que a gente consiga fazer um apanhado de questões que sejam enviados e
1623 coordenados por vocês na perspectiva de coletar essas informações, assim
1624 para fechar mais um chegando aos 12 já que temos 11 podemos inserir essa
1625 atividade que é interessante fazer esse mapeamento é fundamental.
1626 Comentários de Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU ontem surgiu uma
1627 sugestão a Dr^a Luciana Cury quando faz os termos de já tem um instrumento
1628 então a gente já poderia copiar, no bom sentido aquelas demandas que
1629 mandamos para o Município, então é só adequar o documento e enviar para
1630 UPB distribuir para os Municípios e cobrar essa resposta. Fábio Fernandes
1631 Barbosa – SEC sugere que nós podemos fazer até isso capitaneado pela CIEA
1632 de um modo geral a gente fechando os instrumentos poderíamos elaborar um

1633 documento do *googledocs* colocar uma chamada na página da SEMA para que
1634 os Municípios e faríamos um movimento de sensibilizar os Municípios a
1635 responderem por meio de um ofício da CIEA dizendo que está disponível no
1636 site da SEMA, da Educação, ou diretamente naquele link para que façam a
1637 resposta dando um prazo e a gente faria justamente esse monitoramento de
1638 quantos Municípios responderam para que aí todos que estão em diversos
1639 territórios pudessem também intervir nesse processo de solicitação com mas
1640 brevidade. Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA eu estava conversando
1641 justamente com José Carlos a importância desse levantamento, talvez pudesse
1642 sair também uma carta feita pelos Secretários para as Prefeituras pedindo com
1643 esse link algumas informações, talvez na CIEA poderia elaborar um link com
1644 as duas Secretarias SEC e SEMA para mandar em parceria. Então, na
1645 próxima reunião de 30/08 já deveríamos fazer o conteúdo disso para
1646 transformamos em questionário e já disparar. Não é um levantamento de
1647 iniciativa, mas no âmbito da Prefeitura o que se tem da institucionalidade a
1648 gente faz umas questões voltadas a isso. Bernadedth S. Rocha Simões –
1649 UMBU posteriormente acha que é interessante comparar esses dados que os
1650 Municípios nos passem com os dados do IBGE, lembro que já foram
1651 respondidos alguns questionários no Município na Secretária do Meio Ambiente
1652 do IBGE a respeito disso inclusive se o Município participa da CIEA, o IBGE
1653 pergunta se o Município participa da CIEA, se tem conhecimento. Próxima
1654 Câmara Técnica, Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – CESPECT fez fazer
1655 uma breve introdução a respeito da Câmara Técnica em relação ao plano de
1656 trabalho nós entendemos que o nosso plano de trabalho que nós tínhamos feito
1657 e ontem demos prioridade a um assunto que já tínhamos discutido que é a
1658 questão da Educação Ambiental nas Unidades de Conservação e nos Comitês
1659 de Bacias Hidrográficas, e aí nós priorizamos fazer um formulário e isso é
1660 interessante a gente sente que nos Comitês de Bacias, tivemos o plano do
1661 Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Salitre e nós temos um dos eixos que
1662 a questão Educação Ambiental como um todo, nós vimos que é imprescindível
1663 dentro de plano de bacia e dentro do Comitê nós formamos uma Câmara
1664 Técnica de Educação Ambiental e por incrível que pareça o representante da
1665 do INEMA disse que não era necessária a Educação Ambiental dentro de um
1666 plano de Bacia. A falta de visão mais ampla do que é um plano de bacia para

1667 quem está discutindo a importância que é para defesa da vida. Maria Cristina –
1668 INEMA solicita explicação a Zanna sobre o Saneamento Básico na Câmara
1669 Técnica UC, por não entender. Zanna Matos – diz que quando tinha sete
1670 Câmaras Técnicas existia uma dedicada ao Saneamento e quando foi definido
1671 agora vamos tratar só de três Câmaras dado necessidade será ampliado aí
1672 juntou a temática de águas. Maria Cristina então para montar um trabalho de
1673 Educação Ambiental nas Unidades de Conservação e nos Comitês de Bacias
1674 precisamos compreender o que está acontecendo dentro dessas Unidades,
1675 então fizemos a proposta dentro do plano de trabalho, plano de ação
1676 exatamente identificar quais são as ações de Educação Ambiental e as Ações
1677 Sócio-ambientais que estão desenvolvendo. Então nós fizemos esse
1678 questionário e que a proposta seria que a CIEA e a SEMA encaminhasse para
1679 diretoria de Unidade de Conservação-DIRUC INEMA assim como CODIS
1680 INEMA para que saísse das diretorias para todos os gestores e saísse para
1681 CODIS e todos Comitês e assim monitorar e define prazos e se tiver dificuldade
1682 será monitorado internamente. Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho –
1683 CESPECT traz quem vai responder esses questionários nos Comitês? Poderia
1684 ser no coletivo por que sempre o presidente dar a palavra final. Breno Pessoa –
1685 REABA fez um formulário que já estava dentro da estrutura que a gente tinha
1686 proposto no plano do ano passado que era fazer uma pesquisa e identificar o
1687 estado da arte da Educação Ambiental e as Unidades de Conservação e das
1688 Bacias Hidrográficas. Zanna Matos – SEMA interrompe para ressaltar que cada
1689 Câmara técnica cuide dos registros. Foi formulado um questionário com o
1690 título Educação Ambiental nas Unidades de Conservação nas Bacias
1691 Hidrográficas, a CIEA através da Câmara Técnica de Educação Ambiental de
1692 Águas e Saneamento Básico e Unidades de Conservação e Biodiversidade
1693 está realizando o estado da arte da Educação Ambiental em Unidades de
1694 Conservação e Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado da Bahia este
1695 questionário tem o propósito de identificar a informação que vão subsidiar as
1696 suas ações futuras para a implementação da estratégia nacional de
1697 Comunicação e Educação Ambiental CEA e a política Estadual e Ambiental e o
1698 seu fortalecimento nos diversos territórios, de acordo com os núcleos é de
1699 responsabilidade dentro da unidade de conservação executar ações de
1700 Educação Ambiental de acordo com os artigos 4º e 5º da Lei 9.985/2000

1701 segundo a Lei 2.377 de 28 de dezembro de 2011 do artigo 4º são diretrizes da
1702 política Estadual de Recursos Hídricos a promoção a educação para o uso dos
1703 recursos hídricos com o objetivo de sensibilizar a coletividade a respeito da
1704 necessidade, da conservação e da utilização sustentável desses recursos e
1705 capacitá-lo para participação ativa na sua defesa, então a gente trás os artigos
1706 para justificar cada ente desse precisa tratar a Educação Ambiental no seu
1707 Âmbito e deste modo buscamos a sua colaboração, colocamos as entidades
1708 SEMA, INEMA, DIEAS, DIRUC, DIRAC e CODIS. explicou como ficou definido
1709 o questionário do seu território. Fábio Fernandes Barbosa – SECquestiona as
1710 perguntas do questionário da forma como foi posto opções de resposta “SIM”
1711 ou “NÃO” diz ter ficado muito vago, ou seja, até que ele informe o grau de
1712 conhecimento e fez alguns questionamentos e sugestões. Justificativa de
1713 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – CESPECT falou que o questionário
1714 pode ser alterado sem nenhum problema. Breno Pessoa – REABA informa que
1715 uma das questões será suspensa para possíveis alterações e futuramente será
1716 discutido. Jaqueline Errico – FAEB sugeriu que quando todo mundo recebesse
1717 o questionário respondesse e depois apagasse, e que as perguntas têm
1718 pertinência mais precisa ser adequadas, o momento é do plano mias poderia
1719 combinar e colocar nos encaminhamentos e passar para Breno as
1720 sugestões. Sara Maria Guimarães Reis – REBAL pergunta: sobre as unidades
1721 Municipais tem alguma pergunta. Então eu queria acrescentar que instrumento
1722 legal criou essa Unidade de Conservação e também aonde podemos encontrar
1723 essa publicação, por que isso gera um problema principalmente com as
1724 Mineradoras quando a gente tem ser Municipal a gente tem que está com a
1725 documentação toda em dia para poder brigar com ela. Com a palavra Zanna
1726 Matos – SEMA para interesse da Educação Ambiental qual a relevância dessa
1727 informação? Sara fala que a relevância é se existe um instrumento legal que
1728 cria a unidade para que a Educação Ambiental aconteça para que a gente
1729 possa lutar por ela essa unidade tem que estar muito bem amparada por lei já
1730 é difícil ampará-la que dirá promover a Educação Ambiental. Zanna Maria
1731 Rodrigues de Matos – SEMA pra quem a gente vai direcionar esse instrumento
1732 a gente não chega nessa informação, outra coisa é o Estado da Arte da EA no
1733 âmbito dos Comitês de Bacia então é esse o recorte não é o Estado da Arte da
1734 gestão dos Comitês de Bacia no Estado da Bahia, Sara eu entendi que

1735 quando se pergunta se existe um plano de manejo no Estado da Bahia que
1736 também estaria procurando outras informações. Zanna comenta que Plano de
1737 Manejo e Plano de Bacia são instrumentos de Gestão daquele Território
1738 geralmente no final tem um elenco de programas e um deles é a Educação
1739 Ambiental então isso é pertinente a pergunta, a dúvida é “Breno”, sobre a
1740 questão do empreendimento e do licenciamento se tem potencial de ser
1741 compensação eu fiquei na dúvida se tem “Maria Cristina” se tem como
1742 responder? Maria Cristina Vieira – DIRUC diz que dentro da gestão todos os
1743 gestores acompanham os processos de licenciamento e de compensação
1744 dentro da sua área de atuação inclusive a gente está buscando esse
1745 levantamento exatamente para facilitar, inclusive estou com a incumbência de
1746 levantar agora dentro de Morro do Chapéu o que resta por a gente já levantou
1747 as eólicas, é analisado no licenciamento e na compensação o que está faltando
1748 de documentação, se está parado, é muito importante por que é aonde roda os
1749 projetos e os recursos. Zanna Matos – SEMA diz que ficou na dúvida se teria
1750 condição de uma resposta por que eu acho que o Comitê de Bacia ele sabe
1751 que tem o empreendimento, como não existe compensação a cobrança de
1752 água ainda não foi instaurada é diferente. Breno Pessoa – REABA diz que
1753 pode também depender se vai ser instalado algum empreendimento, exemplo,
1754 vai ter uma Mineração no local em tese identificar. Maria Cristina – DIRUC fala
1755 dos prazos entre uma semana ou 10 dias, para que seja feito esse
1756 encaminhamento, a grande idéia é poder dialogar com o GAC e as
1757 aproximações que a gente quer nesse momento. Na medida em que a gente
1758 tem sem olhar no território vai facilitar dentro dos conselhos, dentro dos
1759 Comitês junto com a coordenação do território, com os Municípios enfim até
1760 pra gente desenhar por território o que a gente vai querer de Educação
1761 Ambiental. Zanna Matos – SEMA a idéia é de encaminhar a SEMA
1762 encaminhar para DIREG, e solicitar que encaminhe para CODIS e a Diretoria
1763 da DIRUC. Breno Pessoa – REABA teve outra situação que Zanna tinha
1764 solicitado para a gente revisar um documento da Bacia do Rio de Contas,
1765 foram feitos alguns apontamentos, foram marcados alguns pontos do texto
1766 para ser modificados, precisamos marcar com Maria Cristina para revisar.
1767 Zanna Matos – SEMA só para esclarecer a Bacia de Rio de Contas está
1768 elaborando o Plano de Bacias do Rio de Contas e eu faço parte do Comitê e eu

1769 recebi um produto onde tem o capítulo de Educação Ambiental para avaliar
1770 como a Câmara Técnica estava reunida então eu sugerir que eles dessem uma
1771 olhada para dar o parecer. Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU sugeriu a
1772 Breno que poderia ter alguma coisa relacionando a questão do licenciamento
1773 no Município que a unidade de conservação está presente, se já teve alguma
1774 atividade de licenciamento que houve compensação para realização de
1775 atividades, estou falando como gestora Municipal que a gente trabalha com
1776 licenciamento e eu vejo que é o local que a gente tem mais condição de ter
1777 recurso e apertar o empreendedor ou aquela pessoa que vai causar impacto no
1778 Município seria interessante que alguma ligada à unidade de Educação
1779 Ambiental fruto do condicionante do licenciamento, no nosso Município a gente
1780 não tem dispensado ninguém todo mundo que chega lá para fazer um
1781 empreendimento para pedir licença ambiental nova nós estamos forçando a
1782 fazer a atividade de Educação Ambiental ou bancar as nossas, está chegando
1783 lá o Atacadão Assaí além dele ter o programa de Educação Ambiental próprio,
1784 ele vai bancar as nossas, e nós pegamos para a licença de implantação 1% do
1785 seu investimento ele vai ter que depositar na conta do fundo para atividade de
1786 Educação Ambiental foi uma briga com três reuniões com Prefeito, Diretor, mas
1787 conseguimos, precisamos incentivar os gestores a fazer isso por que na
1788 verdade o Prefeito ele não quer tirar dinheiro de outras demandas para fazer
1789 Educação Ambiental, mas se a gente souber trabalhar com os
1790 empreendedores não de uma maneira tão impositiva, chamar para um diálogo,
1791 convencer, usar a resolução, você consegue fazer essa parceria, a gente tem
1792 feito isso muito bem. Comentários de Manoel Ailton fala sobre o exemplo da
1793 eólica todo mundo querendo o dinheiro da eólica impactando de forma
1794 desastrosa na região onde é um parque de preservação permanente e está
1795 liberado por que está dando dinheiro, precisamos estar muito atento a essas
1796 questões, não só por que vai entrar investimento que vai compensar. Breno
1797 Pessoa – REABA fala sobre algo que não foi colocado na linha do tempo e
1798 demos uma revisada e partimos direto pegando quatro temas que foi separado
1799 no questionário e ajudaria a gente responder, implementar ações de Educação
1800 Ambiental nas unidades de conservação sem identificar os seus gestores,
1801 identificar junto aos gestores a necessidade de frente as ações Sócio
1802 Ambiental unidades de conservação junto a EA ou seja, a gente estava com

1803 aquele questionário respondendo aquelas quatro ou cinco ações que a gente
1804 tinha proposto o ano passado e além disso a gente tem duas proposições que
1805 vieram desde do ano passado então tem a proposta de um seminário,
1806 seminário Estaduais para o território avaliando e identificando todas as
1807 questões para serem tratadas a construção da Educação Ambiental se a idéia
1808 de fazer alguns seminários territoriais alguma coisa dessa natureza para poder
1809 a Educação Ambiental percorrer o território do Estado da Bahia e fazer
1810 diálogos, deveríamos pensar junto com a REABA, com as entidades e fazer
1811 uma aliança e entender uma forma da gente conseguir fazer isso, para a gente
1812 ir até os territórios e dialogar diretamente com cada região do Estado da Bahia
1813 para fazer uma mobilização Estadual entorno da Educação Ambiental, a idéia
1814 era fazer um grande processo de seminário territorial e na seqüência desse
1815 seminários a gente fazer um fórum Estadual para a gente discutir a Educação
1816 do Estado numa forma mais consistente e levantar as ações como estão sendo
1817 feitas a nível de Município, a nível local, evocar as entidades, o que está
1818 acontecendo, os modelos, os exemplos, as referências para a gente voltar a
1819 construir esse dialogo, eu acho que está faltando essa energia, no sentido da
1820 gente se ver mais, e botar todo mundo que trabalha com isso para interagir
1821 com mas consistência no território, foi sugerido alguns temas, seria a unidade
1822 formal e não – formal, troca de experiência, Educação Ambiental nos diversos
1823 níveis de ensino, Educação Ambiental temática sobre água saneamento
1824 básico, biodiversidade, metodologia para suporte teórico e qual a
1825 sistematização, qual será a mas relevante para ser utilizada se vamos todas, a
1826 importância da Educação Ambiental para uma sociedade sustentável seria a
1827 visão geral desses eventos. Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA
1828 comenta que achou a idéia dos eventos ótima, a Câmara Técnica como o
1829 próprio nome diz Assessoramento Técnico de uma Demanda então esses
1830 eventos a Câmara Técnica propondo para que alguém levante a bandeira e
1831 faça quem vai ser esse alguém, foge um pouco do papel da Câmara Técnica
1832 nesse momento acho excelente a discussão, internamente já tinha sido
1833 conversada com “José Carlos” sobre isso a maior dificuldade de hoje é de
1834 pernas mesmo é ser realista com a nossa possibilidade, não está fácil fazer um
1835 evento em termos de recurso e sozinhos, então temos uma possibilidade de
1836 arrojada para o próximo PPA que “José Carlos” colocou no âmbito do

1837 diagnostico esse não pode ser feito sozinho eu acho “Breno” que talvez na
1838 oportunidade da elaboração do diagnostico a gente possa de fato está
1839 realizando essa serie, vai ter que ter momentos nos territórios, não se pode
1840 enxergar o diagnostico sem ter essa relação de voltar para os territórios, essa
1841 seria uma possibilidade que eu acho de acontecer esses debates com mas
1842 realidade,a gente consegue colaborar se considerar como “Edmilson” trouxe
1843 uma provocação, uma idéia de lá do território que ele faz parte de fazer um
1844 fórum de Educação essa iniciativa partiu do Colegiado Territorial tentando
1845 articular e pra que a gente colabore e isso é muito possível da gente colaborar
1846 com essas iniciativas, com muita realidade, vai ter algumas possibilidades de
1847 eventos que a Secretária e a Diretoria está propondo que será falado por “ José
1848 Carlos” e vão ser espaços que a gente quer trazer esse dialogo e essa
1849 discussão da Educação Ambiental para dentro desses que já vão ser realidade
1850 e a gente não cai no âmbito da frustração, eu achointeressante a temática
1851 também é interessante,estamos precisando mesmo, só o exercício daquela
1852 oficina de avaliação e monitoramento o que provocou isso no Estado isso foi
1853 um sinal, a própria oficina de indicadores foi o próprio indicador do quanto a
1854 gente está precisando retomar a esses debates no território, estamos sempre
1855 buscando oportunidade internamente do que é possível fazer para trazer o
1856 debate da Educação Ambiental junto com os territórios, junto com a CIEA e
1857 junto com a sociedade. Maria Cristina – SEMA fala sem o microfone impossível
1858 entender 06:32:15. Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA responde aos
1859 questionamentos de Maria Cristina “Tita”, temos sempre priorizado uma
1860 intervenção onde uma escala mais territorial quando eu falo territorial é o
1861 máximo de juntar Municípios que a gente possa otimizar nossa ida capilaridade
1862 com estratégia de como atender seminários de territórios de Educação
1863 Ambiental no âmbito, semana que vem vamos para o Extremo Sul com a
1864 articulação do Comitê de Bacias mas foi ampliado e sugerimos que amplie para
1865 o território e para outras articulações então ela fez nesse âmbito é o orçamento
1866 que temos. Foi sentido falta de uma demanda que tinha sido inserida no
1867 planejamento de recomendação para Educação Ambiental no âmbito tanto
1868 das... 06:34:47 como do Comitê de Bacias mas só poderá ser feito depois do
1869 Estado da Arte está no plano de trabalho do ano passado são duas
1870 recomendações. Maria Cristina – SEMA em relação à questão das Unidades

1871 de conservação do Estado a gente tem a estratégia Nacional que é o nosso
1872 desafio da implementação da política não sei se seria uma recomendação,
1873 talvez fosse nesse campo uma recomendação da CIEA para implementar a
1874 própria ICEA. Breno Pessoa – REABA completa a fala de Maria Cristina
1875 dizendo tem alguns elementos que tem haver com algumas recomendações
1876 mais não a recomendação no documento, Zanna explica dizendo que o
1877 documento de produção da CIEA de recomendação, resolução ou moção de
1878 apoio de repudio então é transformar todas essas idéias a Câmara Técnica tem
1879 isso tecnicamente ela precisa se debruçar em uma matéria para gerar um
1880 produto trazido nesses termos então é nesse sentido traduzir todas essas
1881 iniciativas que a Câmara Técnica que estudar e quer se debruçar como isso se
1882 traduz nesses documentos. Breno Pessoa – REABA concorda com a fala de
1883 Zanna e pede que sejam colocados alguns elementos que caberiam dentro
1884 dessa recomendação basicamente estimula o entendimento de você criar um
1885 projeto pedagógico da escola ligado a Unidade de Conservação dentro de uma
1886 região que tenha essa Unidade de Conservação são coisas dessa natureza.
1887 Zanna completa a fala de Breno dizendo que no campo da gestão das águas
1888 isso é muito urgente tem se avançado na construção dos planos do Comitê de
1889 Bacias agora grandes correntes foram contratados recentemente, alguns anos
1890 atrás a gente a DIEAS tinha inserção e construía o termo de referência para
1891 contratar as empresas não sei como é que está a questão da Educação
1892 Ambiental nessa construção então se daqui não saiu uma orientação que
1893 orienta também a construção de referência a gente vai acabar perdendo uma
1894 grande oportunidade, então foi por isso que desde inicio da criação estavam no
1895 planejamento da Câmara Técnica duas recomendações e eu acho precisa
1896 retomar isso no planejamento que não está aí. Breno completa a fala de Zanna,
1897 não tem os elementos de recomendação, finalizar a fala dele agradecendo a
1898 todos. Com a palavra Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA passando
1899 para o ultimo ponto para retomar as Câmaras Técnicas cuidem dos seus
1900 registros lembrando que no inicio do ano passado que a CIEA teria as
1901 produções vinculadas a essas Câmaras Técnicas é importante o registro
1902 tragam essa atribuição para cada vez mais perto para que no final do ano a
1903 gente possa ter uma serie de contribuições e orientações mais especificas para
1904 a nossa política isso reforça esse nosso sentido de estamos aqui e de nos

1905 fortalecemos em quanto colegiado por que ainda não está sendo fácil manter
1906 esse espaço de participação vocês estão vendo vamos acreditar que isso vale
1907 à pena, produtividade em termos de orientação, de normativas e diretrizes.
1908 Com a palavra José Carlos dos Santos Oliveira – SEMA tem se discutido no
1909 âmbito da Secretária uma idéia de realização com vistas a uma verticalização
1910 então a se intensificar a política pública a nível também da esfera Municipal,
1911 então para isso pensou em duas idéias para o ponto de vista de colegiado
1912 começa a discutir um colegiado geral que chamaremos de Fórum Estadual do
1913 Meio Ambiente, seria 06:40:52, Prefeitura, os Territórios, Sociedade Civil ou
1914 discutir envolveria uma questão de Custeamento disso, então por que não se
1915 discutir logo? A formulação de um Fórum Municipal de Gestores do Meio
1916 Ambiente reúna três vezes ao ano para colaborar nesse processo de
1917 planejamento, sobretudo na execução da política ambiental, então seria
1918 mesmo incorporar a municipalidade que a gente ver muito distante, a gente ver
1919 muito mais a movimentação da Sociedade Civil e do Estado como função, mas
1920 não ver pouco da municipalidade, claro que o GEAC acabou ajudando a gente
1921 muito nisso principalmente nessa articulação com os consórcios vocês sabem
1922 e não vamos avaliar hoje era bom trazer o GEAC para conversar conosco para
1923 uma avaliação lá na ponta de como os Municípios estão a partir do processo da
1924 capacitação, da preparação, da chegada desses instrumentos se eles estão
1925 efetivamente executando mais às vezes eu chego a um Município conversando
1926 com o secretário do Meio Ambiente, o Diretor realmente depende da estrutura
1927 que tem ali, eles se declararam lá nível 3, a nível de regulação, a nível de
1928 licenciamento, quando vou verificar na equipe não tem nenhum técnico,
1929 Quantos membros na equipe?, Quantos equipamentos? Não tem nenhum
1930 computador funcionando, então você fica com o pé lá no fundo, que história é
1931 essa que o Município se declarou com capacidade Nível 3, três licenciamento,
1932 e ele não existe como estrutura mínima para funcionar, então eu acredito que
1933 uma aproximação maior nossa com relação a municipalidade poderá redundar
1934 no ente não em todos mais uma parte boa assuma mais o planejamento de
1935 execução da política ambiental no âmbito local, então nós estamos indicando o
1936 dia 27/09/2019 uma sexta-feira para realizar esse primeiro encontro de
1937 Gestores Municipais do Meio Ambiente ao invés de falar Secretários
1938 chamamos de Gestores por que tem Diretores depende muito da estrutura do

1939 Município de Coordenação depende de cada um, vamos chamar todos
1940 digamos que venha 250 pessoas, por exemplo, cada fórum terá uma Temática
1941 geradora esse primeiro será sobre Educação Ambiental, estamos vendo uma
1942 especialista para uma fala de panorama nacional de práticas novas e
1943 especialista da área e depois nós teríamos uma mesa redonda local, quando
1944 eu falo local é com equipe nossa, com pessoas de Universidade etc. e depois
1945 partir para essa orientação mais direta e disseminar a necessidade que os
1946 Municípios construam as suas políticas públicas e as suas políticas Municipais
1947 de Educação Ambiental, vamos discutir nesse sentido então é essa idéia do dia
1948 27/09/2019, hoje vim socializar com vocês, era interessante que na própria
1949 chamada do convite. Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – CESPECT
1950 questiona que todos sentem falta muitas vezes dos Prefeitos, os Secretários do
1951 Meio Ambiente estão muito distantes do que a gente já vem discutindo há
1952 anos, agora mesmo quando eu falei da questão que o governo do Estado tem
1953 um programa dentro da Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR que trata
1954 da questão dos orgânicos tem várias feiras de agricultura dentro dos
1955 Municípios e as Prefeituras totalmente alheias trazendo para dentro do
1956 Município a questão da venda de agrotóxicos nós estamos vendo a questão do
1957 Governo Federal liberando vários tipos de agrotóxicos e nós na conta-mão de
1958 tudo isso e o Prefeito Municipal que deveria está incentivando os agricultores à
1959 questão dos orgânicos está fazendo totalmente o contrário, nos Comitês de
1960 Bacia a mesma coisa tem assento para as Prefeituras dentro dos Comitês, a
1961 gente sente falta no nosso Comitê lá é quase 100% a participação das
1962 Prefeituras eu acho que tem que ter esse chamamento mesmo realmente em
1963 relação ao GEAC tem muitas falhas também, sem preparo e o Governo do
1964 Estado ao fazer isso não equipou também por que eu acho que é uma
1965 responsabilidade teria que equipar também os Conselhos de Meio Ambiente
1966 para dar esse licenciamento isso é dado a troco de barganha. Jorge Luiz Faria
1967 Silva – ABENFAC aproveitando o que Bernadeth colocou é interessante além
1968 dos Prefeitos convidarem a Câmara de Vereadores e os Presidentes das
1969 Câmaras por que se eles não vierem, vão indicar os Vereadores para vir é
1970 importante também por que eles vão está tendo conhecimento para discutir na
1971 plenária e defender a idéia de aprovação das políticas. Solange Alcântara
1972 Neves da Rocha – CEMITEC educação básica considerando o fórum para

1973 Gestores ou fórum de Educação Ambiental eu não sei se já estão considerando
1974 na pauta, mais eu gostaria de sugerir que tenhamos um espaço dentro da
1975 pauta para apresentação da própria CIEA que o órgão Gestor pudesse
1976 apresentar a CIEA que por mais que a gente faça um trabalho de
1977 “formiguinha” a gente ainda percebe que ainda fica alguns espaços algumas
1978 pessoas não sabem o que é a CIEA o que compete nem a necessidade que lhe
1979 compete, será um espaço que vai está reunindo muitos Gestores Municipais, a
1980 gente pode também está divulgando o trabalho desse Colegiado. José Carlos
1981 dos Santos Oliveira – SEMA concordou com a sugestão de Solange Alcântara.
1982 Com a palavra Fábio Fernandes Barbosa – SEC diante disso eu não sei o
1983 tamanho da estrutura que está se pensando até mesmo considerando o caráter
1984 da Política Estadual De Educação Ambiental que esse convite também possa
1985 ser estendido as Secretárias Municipais de Educação assim como também a
1986 nossa Secretária e na qualidade de conduzir os processos informativos e uma
1987 outra que para além dos Vereadores que é quem aprova que Bernadeth muito
1988 destacou que também façamos um convite aos Conselhos Municipais de Meio
1989 Ambiente caso existam esse a gente pode fazer o convite para a participação.
1990 José Carlos dos Santos Oliveira –SEMA inclusive pelo visto em casos como
1991 esse o ideal era que mandando o convite a gente coloque um sistema de
1992 inscrição para garantir controle em termo de quantidade. Bernadeth pede para
1993 falar a título de informação em 2005 o Governo Federal partiu da Diretoria de
1994 Educação Ambiental do IMMA, junto com a Coordenação Geral do MEC nós
1995 fizemos aqui em Salvador que dizer aportamos aqui em Salvador na época da
1996 Diretoria e recebemos todos os Secretários do Meio Ambiente e de todos os
1997 Secretários de Educação do País foi uma coisa muito interessante por que
1998 esteve momentos conjuntos e teve momentos de destaque para mostrar as
1999 metodologias de Educação Ambiental no Ensino Formal e as Metodologias de
2000 Educação Ambiental fora do ensino Formal, então teve momentos conjuntos,
2001 momentos separados e teve estudo de caso, colocar o ente da Câmara de
2002 Vereadores é bem interessante de fato um representante dessa área que tem
2003 vários, acho interessante a estrutura da CIEA, por que é ela que fomenta e
2004 operacionaliza essa política dentro do Estado, SEC e SEMA tem que ser uma
2005 coisa conjunta, enfim acho que é um momento muito interessante, esse
2006 formato funcionou muito bem é uma escuta que pode esta avaliando o que está

2007 acontecendo no Município, quais as dificuldades, quais as possibilidades enfim
2008 é muito rico. José Carlos dos Santos Oliveira – SEMA falou que assim que
2009 começamos fechar uma primeira programação disseminando até a título de
2010 contribuição, opinem sobre a proposta, quando eu digo isso seria para CIEA
2011 não será mandado para diversos grupos, será para um grupo que estão
2012 discutindo sobre Educação Ambiental permanentemente com essa missão, por
2013 exemplo, em mesa participassem uma contribuição em rede seria muito
2014 interessante. Breno Pessoa – REABA falou que ia propor isso e também se
2015 colocar a disposição para ajudar, na produção, na organização e pensar, eu
2016 gosto de trabalhar na produção e me coloco a disposição. José Carlos dos
2017 Santos Oliveira – SEMA informou que vai marcar uma reunião de trabalho para
2018 organizar. Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA fala sobre a última etapa
2019 de revisão dos encaminhamentos, ficou –se ainda de encaminhar os ofícios a
2020 Secretária de Meio Ambiente o ofício está pronto mais o encaminhamento deve
2021 ser nos próximos dias a todas as Secretárias de Meio Ambiente e Secretária de
2022 Saúde, por que estou aguardando o colega da SESAB dar um retorno então à
2023 gente espera até a próxima reunião extraordinária da CIEA que será dia
2024 26/09/19 que todos os documentos já estejam enviados. A CT de Ensino
2025 Formal quer esse encaminhamento ou já foi feito, Fábio? Realizar articulação
2026 com a UNDIME e agendar uma reunião com o Secretário Jerônimo, então está
2027 em andamento e permanece. O convite ao membro do Conselho Estadual de
2028 Desenvolvimento Real Sustentável hoje pedimos auxílio a SDR para
2029 encaminhar a SECEX esse ofício convidando para a próxima reunião.
2030 Avaliação será mantida foi falado logo início. O seminário de águas nos
2031 territórios a gente acabou não falando, vamos aguardar mais informações
2032 sobre o território do Sertão, que seria o território de Edmilson, pergunta a
2033 Edmilson se tem alguma sinalização sobre o seminário para colocar o
2034 encaminhamento? Edmilson dos Santos Nascimento – Território Bioma
2035 Caatinga diz que na verdade a gente está em dialogo com esse seminário nós
2036 temos a pessoa do “Ademir” que foi membro pela Prefeitura de Juazeiro.
2037 Zanna Matos – SEMA afirma que Ademir não é mais membro da Prefeitura de
2038 Juazeiro. Edmilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga diz
2039 que está em dialogo com ele que é uma idéia provocada por ele para o nosso
2040 colegiado e hoje nós temos a discussão do comunicação, uma espécie de

2041 comitê que estávamos discutindo na verdade o formato do seminário, então a
2042 gente acredita que até outubro vamos realizar esse seminário e quando tiver na
2043 verdade a idéia formada e organizada de fato a programação a gente deve
2044 socializar com a turma. Breno Pessoa – REABA pede para dar uma sugestão,
2045 a gente poderia ver um formato como se fosse uma linha mestra replicável em
2046 todos os territórios e esse que vocês estão propondo uma iniciativa própria,
2047 seria o primeiro desse seminário que a gente vai apresentar e assim criar uma
2048 história com isso, sendo esse uma pedra fundamental e os outros se animarem
2049 a fazer e agente já ter o formato mais ou menos, ou com algumas coisas que
2050 devem ser respondidas com as informações que a gente precise ter daqueles
2051 universos ali a gente poderia pensar e ajudar para ter esse formato. Edimilson
2052 dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga concorda com a
2053 apresentação da Câmara Técnica eu observei na apresentação do material da
2054 Câmara Técnica de “Breno” que de repente algumas temáticas a gente pode
2055 trazer para dentro do seminário e fazer a discussão. Maria Cristina fala sobre
2056 os cinco seminários dentro do Estado já dentro dos territórios isso foi na época
2057 de comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa com “Zilton Rocha”,
2058 então a gente fazia a proposta e dialogava com a SEMA e SEC justo no início
2059 da construção da política, então no primeiro momento era os grandes temas e
2060 fazia o diálogo de levantava os problemas os desafios depois olhava para
2061 esses problemas e via a potencialidade dela pensar, qual a política públicas
2062 que a gente tem para resolver esses desafios? Então foi a partir desse olhar no
2063 primeiro momento trazer a problemática, depois da problemática de ver a
2064 potencialidade e os instrumentos da potencialidade, os procedimentos de todas
2065 as leis para poder resgatamos a rede nesse momento, Zanna participou nós
2066 chamamos vários 23 territórios, 21 Municípios, foi um movimento muito grande
2067 a gente já tem várias experiências se você quiser, puxamos muita coisa pela
2068 rede. Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA continua a fala com os
2069 encaminhamentos, socialização e avaliação dos PTTPS pelas CT’s, então ficou
2070 acordado que cada CT a gente dedicaria uma parte da reunião para que cada
2071 CT. Vamos socializar junto com os encaminhamentos até 01/08 e cada CT na
2072 próxima reunião a gente vai ter um tempo para cada Câmara Técnica se
2073 dedique a isso a olhar para os PTTPS e escolher dois ou três de cada Câmara
2074 Técnica e olhar para isso e ter um documento, isso já para próxima reunião?

2075 Será encaminhado 01/08/19 vocês guardem o documento lembrando-se da
2076 agend; , solicitar a apresentação da formação de comunicação para os órgãos,
2077 isso será para próxima reunião? Colocar a apresentação para 15/08/19.
2078 Encaminhamentos da Câmara da CT Formal: próxima reunião será segundo
2079 Fábio Fernandes Barbosa – SEC fala sobre a próxima reunião que será
2080 realizada dia 25/09 com duas propostas de recomendação Nós vamos fazer a
2081 apresentação de duas propostas de recomendação na próxima reunião. Zanna
2082 Matos - SEMA definiu em comum acordo de todos que a reunião seria dia
2083 25/09 e a reunião ordinária dia 26/09, reunião da Câmara Técnica das Águas
2084 vai se reunir dia 25/09. Câmara Técnica Formal diz que vai apresentar as duas
2085 recomendações na próxima reunião, eu gostaria que as Câmaras Técnicas
2086 indicassem se o ponto de pauta, por que não seria mais avaliação do trabalho
2087 da Câmara Técnica é o ponto que a Câmara Técnica produziu e precisa
2088 apresentar para validar, eu gostaria que as Câmaras Técnicas indicassem para
2089 entrar como ponto de pauta na próxima reunião, qual é dentro do seu
2090 planejamento o ponto de pauta que vai apresentar em plenária até 15/08.
2091 Breno Pessoa – REABA pediu para fazer a reunião da Câmara Técnica dia
2092 29/08. Zanna Matos – SEMA disse que vai consultar a SECEX primeiro para
2093 dar uma resposta por causa da quantidade das reuniões, será colocado mas é
2094 necessário consultar a SECEX por causa de recursos e pediu que até 15/08 as
2095 Câmaras Técnicas que se reunirem me diga qual o ponto que vai se dedicar
2096 para entrar na plenária de setembro. Exemplo: do planejamento vai entrar esse
2097 ponto que vai para plenária. Bernadedth S. Rocha Simões – UMBU afirma que
2098 é muito trabalho que não dará conta, diz que vai apresentar a resolução da
2099 Educação Ambiental na gestão integrada dos resíduos sólidos é ponto de
2100 pauta para reunião do dia 25/09 e o questionário dos Municípios essa foi à
2101 demanda, então nós vamos produzir em primeira mão o questionário dando
2102 tempo a gente inicia a minuta da recomendação da Educação Ambiental na
2103 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a Câmara Técnica de Águas precisa
2104 encaminhar o que vai tratar na reunião que vai inserir no ponto de pauta da
2105 reunião de Setembro, vamos tentar fazer as duas reuniões dia 08/09 e 25/09, a
2106 vinda de Rosalvo acho melhor convidá-lo para a Câmara Técnica para
2107 conversar mais especificamente e o ultimo encaminhamento é que o formulário
2108 da CT's das Águas o formulário será encaminhado para sugestões,

2109 encaminharemos dia 01/09 junto com todos os documentos da CIEA para
2110 sugestões vamos dar uma semana para sugerirem e devolverem para
2111 encaminharmos para Câmara Técnica, encaminhar a minuta do formulário para
2112 a avaliação será encaminhado dia 01/08, recebimento de sugestões do
2113 formulário membros da CIEA até dia 10/08 ou 11/08. Então se aproxima
2114 reunião é casada com a reunião do Encontro de Gestores e a idéia é que todos
2115 participem é necessário conversar com a SECEX por que vão ser três dias e
2116 isso vai impactar no orçamento preciso consultar para ver se vai ser possível,
2117 confirmando a devolutiva das CT's dos pontos de pauta para a próxima reunião
2118 ordinária, coordenadores das Câmaras Técnicas até 15/08. Então cumprimos
2119 com a pauta finalizando com muita produtividade. Edimilson dos Santos
2120 Nascimento – Território Bioma Caatinga comenta sobre a produtividade da
2121 reunião querendo fazer um lembrete sobre a coordenação das Câmaras
2122 Técnicas para que organize melhor as atividades de Câmaras Técnicas,mas
2123 ocorreu tudo como a coordenação programou e que estão de parabéns.

2124

2125 **Membros Presentes:**

2126

- 2127 Miriã Márcia Caetano da Silva - SEMA
2128 Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA
2129 José Carlos dos Santos Oliveira – SEMA

2130 Fábio Fernandes Barbosa – SEC

2131 Duwillami Embirassu de Arruda - SEC
2132 Antônio Raimundo Silva – SESAB
2133 Roberto Maximiano Pereira – CEPRAN
2134 Breno Pessoa – REABA
2135 Sara Maria Guimarães Reis – REBAL
2136 Matilde Pereira Gonçalves – FETAG
2137 Rosana da Silva Peixoto – UNEB
2138 Solange Alcântara Neves da Rocha - CEMITEC
2139 Bernadedth S. Rocha Simões - UMBU
2140 Jorge Luiz Faria Silva – ABENFAC
2141 Joás Brandão Souza – GAP

- 2142 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – CESPECT
- 2143 Edimilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga
- 2144 Vanilton de Jesus Santos – Território Bioma Cerrado/Rio Corrente e Grande
- 2145 Moacir Santos Tinoco - UCSAL
- 2146 Jaqueline Errico – FAEB
- 2147 Ivana Nunes de Araújo – UFBA
- 2148 Josenildo Sousa santos – SECEX/ SEMA
- 2149 Ariane Couto - SEAGRI
- 2150 Rosiléia Oliveira Almeida – UFBA

- 2151 Ana Cláudia Oliveira de Jesus Magalhães – INSTITUIÇÕES DE ENSINO
- 2152 BÁSICO

- 2153 Mariana Morais dos Santos – TERRITÓRIO BIOMA MATA ATLÂNTICA

- 2154 Suellen Fônseca da Conceição Santos – REJUMA

- 2155 Suely Alcântara Quadros – SEAGRI

- 2156 Neivia Maria Matos Lima -SDR